

Pri mavera Vermelha

Revista de debates, reflexão e crítica marxista

R\$ 10

No. 3



PARA UMA CRÍTICA

DO PROJETO EDUCACIONAL DO CAPITAL

Apresentação

Apresentamos aos leitores a 4 edição da revista **Primavera Vermelha**, desta vez dedicada ao tema Educação. Este material representa esforço para a partir de estudos, debates, participação em seminários e lutas relacionadas embasar a discussão sobre a Educação.

Com o objetivo de contribuir para a compreensão e enfrentamento do projeto educacional do capital e sua aplicação no Brasil, particularmente na educação pública, buscamos acumular conhecimento teórico-político em que o movimento dos trabalhadores em educação, alunos, pais e demais categorias possam se apoiar em suas lutas por um outro Projeto Educacional, sob controle e que atenda às necessidades dos trabalhadores e dos seus filhos.

Nesse sentido, a revista inicia com o artigo *A Necessidade de Superação da Educação e da Divisão do Trabalho Capitalista* de Artur Bispo, professor da Universidade Federal de Alagoas. Bispo analisa a divisão hierárquico-social do trabalho (a divisão entre os que pensam e os que fazem) como característica central das sociedades de classe e como foi herdada e aprofundada pelo capital a partir dos modos de produção anteriores. **“Através da primazia do trabalho teórico sobre o trabalho prático inscreve-se o poder do senhor sobre o escravo e a força do capitalista sobre o operário; e ainda, o poder da burocracia sobre o proletariado do campo e da cidade.”**

Porém, mais do que isso, defende com veemência uma educação emancipatória que seja incorporada por todos os movimentos sociais e a partir dos interesses da classe trabalhadora, para assumir o controle da produção social em todos os seus aspectos.

O artigo *Educação e a Atual Crise do Capital*, de Zilas Nogueira, professor do Instituto Federal de Alagoas procura apresentar as características da crise estrutural do capital, tal como formulada por István Mészáros (filósofo marxista húngaro) e suas consequências no âmbito da educação, especialmente os processos de precarização, mercantilização e privatização, que vêm se generalizando mundo afora, assim como as alternativas de combate pela superação do capital.

Nessa trilha, e buscando a concretização histórica e atual dessas tendências no Brasil, Luciano Accioly e Talvanes Eugênio objetivam “traçar algumas linhas gerais acerca dos limites da política educacional no Brasil, com o artigo *O Sentido da Política Educacional na Contemporaneidade*. **“Esse caráter é, no caso brasileiro, acentuado não só pela crise estrutural do capital, mas pela natureza do capitalismo na formação social brasileira.”**

Concretizando ainda mais o diagnóstico do projeto educacional do capital no Brasil,

Claudio Alves de Santana nos apresenta uma crítica do *Currículo Empresarial, Avaliações Externas e Meritocracia, Consequências Sobre o Trabalho Docente e A Educação Pública*. Nesse artigo, Claudio aponta o foco sobre a rede de empresário e suas instituições que **“ditam procedimentos pedagógicos, que reestruturaram a Educação Pública e o seu currículo, dando uma dinâmica e funcionamento de acordo com os seus interesses e objetivos capitalistas.”**

Completando esse esforço, por ora, temos o artigo *A Repressão nas Escolas e Universidades e Sua Superação*, por Alexandre Ferraz, que aborda a tendência crescente de repressão e reacionarismo nas instituições escolares. **“As instituições educacionais são cada vez mais espaços de confinamento, controle e repressão das crianças e adolescentes, em um mundo isolado.”**

A partir de experiências de luta e organização em curso, procura apresentar propostas de resistência e de construção de contrapoderes e sua unificação na perspectiva de ruptura com esse projeto educacional do capital e construção de um projeto educacional dos trabalhadores.

Por último, seguindo a concepção original da revista de abrir suas páginas para contribuições de organizações/ativistas com quem organizamos atividades e intervenções conjuntas, publicamos uma importante contribuição dos companheiros do Movimento Revolucionário Socialista (MRS) que realiza um histórico da educação a partir do desenvolvimento do capitalismo em suas distintas épocas. O estudo aponta que a educação estatal-burguesa **“precisa ser destruída e reconstruída sob a perspectiva socialista e comunista, como parte da edificação de uma nova sociedade a partir da tomada revolucionária do poder.”**

Esse conjunto de artigos são um esforço feito por aqueles que não se propõem apenas a interpretar o mundo, mas a transformá-lo na perspectiva da emancipação dos trabalhadores tendo como uma de suas dimensões principais a Educação em todos os seus aspectos.

EXPEDIENTE

Primavera Vermelha é uma publicação organizada pelo Espaço Socialista.

Os artigos assinados, quando não há indicação em contrário, refletem a opinião dos autores. Desde que citada a fonte, todos os artigos podem ser reproduzidos sem qualquer restrição.

Textos de números anteriores e demais publicações do Espaço Socialista podem ser encontrados em www.espacosocialista.org

Contato:

www.espacosocialista.org

espacosocialista@hotmail.com

facebook.com/espacosocialista1

A Necessidade de Superação da Educação e da Divisão do Trabalho Capitalista

Artur Bispo dos Santos Neto
Professor da Universidade Federal de Alagoas (UFAL)
e militante do Espaço Socialista

Introdução

O presente texto parte do pressuposto de que é fundamental entender a natureza da divisão social do trabalho nas sociedades de classe, na perspectiva de constituir sua completa superação, porquanto a contraposição entre trabalho manual e trabalho intelectual cinge a sociedade burguesa e assegura a expropriação do excedente produzido.

Entender a natureza da divisão social do trabalho é crucial para a perspectiva fundada na necessidade de superação dos limites absolutos do capital e voltada à necessidade histórica de emancipação da humanidade. Portanto, a divisão social do trabalho, constituída pelo modo de produção capitalista, não pode ser aproveitada ou reformada no interior de uma sociedade fundada no trabalho associado, livre e universal. Ademais, constitui uma clara deturpação do pensamento marxiano tentar preservar o velho edifício do processo de reprodução do capital numa sociedade não mais organizada para a produção de mercadorias e de valor de troca, mas para o atendimento das necessidades efetivas dos seres humanos.

É preciso esclarecer que a divisão social do trabalho precede à sociedade de classes e certamente continuará existindo numa sociedade sem classes, possivelmente como divisão de atividades entre seus produtores associados.

“No entanto, sob nenhuma hipótese a forma de constituição da divisão social do trabalho capitalista pode ser preservada numa sociedade emancipada do capital, como tentaram fazer as experiências pós-capitalistas na ex-União Soviética e na China.” (MÉSZÁROS, 2007).

Os principais teóricos das revoluções realizadas no século XX acabaram incorrendo no equívoco de imaginar que seria possível recorrer aos métodos adotados pelo taylorismo sem arrastar consigo suas consequências deletérias para todo o processo produtivo. Desconsideraram que o método da administração científica tinha como quintessência a ampliação do tempo de trabalho excedente em benefício da reprodução ampliada do capital. Salienta-se aqui que a sociedade socialista está fundamentada no tempo disponível da sociedade, ou seja, numa radical diminuição da jornada de trabalho e não na intensificação da jornada de trabalho dos produtores associados, autônomos e livres.

A divisão social do trabalho de todas as sociedades de classes – incluindo a experiência pós-capitalista que marcou o movimento socialista internacional – fundamenta-se na apropriação do tempo de trabalho excedente. Escreve Marx (2008, p. 511): **“O trabalho de supervisionar e dirigir, na medida em que decorre do caráter antinômico do domínio do capital sobre o trabalho, é comum a todos os modos de produção baseados na**

oposição entre as classes.”

A subordinação do trabalho manual ao trabalho intelectual constitui a essência de todas as sociedades de classes. Através da primazia do trabalho teórico sobre o trabalho prático, inscreve-se o poder do senhor sobre o escravo e a força do capitalista sobre o operário; e ainda, o poder da burocracia sobre o proletariado do campo e da cidade. Evidentemente que, a forma como se apresenta a subordinação do trabalho prático ao trabalho teórico na sociedade capitalista é completamente distinta da forma como se deu essa dominação no interior dos modos de produção pretéritos.

Divisão social do trabalho na manufatura e na indústria

Na sociedade capitalista, a forma de constituição da divisão social do trabalho emerge de maneira mais sofisticada e planejada que nas sociedades precedentes, pois as forças produtivas são mais desenvolvidas e avançadas. A oposição entre trabalho teórico e trabalho prático, também se apresenta de maneira mais decisiva no processo produtivo do que anteriormente, haja vista que nas sociedades pretéritas a impossibilidade da aplicabilidade efetiva da ciência fazia com que o trabalho fosse considerado mera coisa de escravo; conseqüentemente, como atividade profundamente depreciativa do corpo e da alma das classes dominantes. Isso mudou com o advento da sociedade burguesa, que passa a combater as classes parasitárias (aristocracia e clero) e a defender o trabalho como quintessência da riqueza das nações (Adam Smith).

O trabalho assume configuração distinta na sociedade burguesa, o que não impede que os capitalistas mercantilistas recorram ao trabalho escravo ou compulsório nas colônias e até mesmo na metrópole. Mesmo na etapa mercantilista, na época em que o capital (comercial) não possuía as condições efetivas para se constituir como capital industrial, a divisão foi posta em curso pela manufatura. Nela emergem os aspectos essenciais da divisão do trabalho que norteará a produção encetada pela grande indústria. Tudo isso se sucedeu de forma processual, em que o caminho foi sendo descoberto e tornando-se paradigmático ao desenvolvimento do capital.

A manufatura revela o segredo do capital, ou seja, a natureza social e processual do capital. O capital é produto de uma relação social e não se constitui como uma entidade metafísica que nasce pronta e acabada. O capital é um processo, uma totalidade dinâmica e perpassada por múltiplas determinações. Ele é claramente uma força de massa que controla, supervisiona e administra o trabalho. Sem o controle do trabalho, o capital não pode ser capital, entidade esta que tudo molda segundo sua imagem e

semelhança. Pelo fato dele convocar e organizar os trabalhadores num mesmo espaço de trabalho, na perspectiva de economizar meios de produção, ele submete a força de trabalho aos seus imperativos.

Assim como um general controla seus subordinados no interior do exército, o capitalista controla a produção, visando assegurar a economia máxima dos meios de produção e da força de trabalho.

É uma verdade indubitável que o capital não pode abrir mão do controle do processo de trabalho, por isso o capitalista carece de uma série de trabalhadores intermediários para realizar essa função. A personificação do capital é tanto do capitalista quanto dos distintos trabalhadores assalariados que exercem funções de chefia, supervisão e controle do trabalho.

A divisão social do trabalho permite que o capitalista dinamize a produtividade, superando as formas precedentes que estavam fundadas na produção individualizada das corporações de ofício. Desse modo, o capitalista descobre que a força de massa dos trabalhadores é bem mais produtiva que a força fragmentada; em outras palavras, que uma centena de trabalhadores unidos produz mais que essa mesma centena de trabalhadores isolados. No entanto, o capitalista nunca paga aos trabalhadores pela força de massa mobilizada, mas tão somente pelo trabalho individualizado. Observa-se, então, que a produção de massa se torna propriedade privada, da mesma maneira que a riqueza da sociedade se torna riqueza privada nas mãos do capitalista.

A divisão social do trabalho que caracteriza o modo de produção capitalista tem sua gênese na manufatura. Ao agregar vários trabalhadores em torno de si, o capitalista, enquanto personificação do capital, controla e subordina o trabalho aos seus preceitos. Isso implica o trabalhador perder o controle e a regulação de todo o processo de trabalho. A divisão do trabalho em atividades fragmentadas e parciais forma um trabalhador que atua de maneira unilateral e parcial. Embora a manufatura tenha sua gênese no trabalho cooperado, em que a habilidade manual do velho artífice das corporações é o seu preâmbulo, a produção é alterada completamente a partir do momento em que o trabalhador perde o controle da produção e não mais realiza as atividades de planejamento, mediação e regulamentação do processo produtivo e distributivo.

Além da apropriação do trabalho coletivo dos operários, o capital intensifica o processo de trabalho pela mediação da divisão social do trabalho, quando separa **“as atividades operárias uma das outras, isoladas, justapostas no espaço, cada uma delas confiada a um artífice diferente e todas executadas ao mesmo tempo pelos cooperadores. Essa divisão acidental se repete, mostra suas vantagens peculiares e ossifica-se pouco a pouco em divisão sistemática do trabalho.”** (MARX, 1983, p. 268)

O capitalista parcializa as atividades operárias para alargar o *quantum* da produtividade. A parcialização e a fragmentação se tornam peças fundamentais do processo



de constituição do trabalhador coletivo. De acordo com Marx, **“depois da separação, autonomização e isolamento das diferentes operações, os trabalhadores são separados, classificados e agrupados segundo suas qualidades dominantes. [...] A unilateralidade e mesmo a imperfeição do trabalhador parcial torna-se sua perfeição como membro do trabalhador coletivo.”** (MARX, 1983, p. 275).

O trabalhador coletivo da manufatura é uma expressão da forma capitalista de desenvolvimento da produção. Os trabalhadores parciais que constituem o trabalhador coletivo dinamizam e elevam a produtividade para além da produção artesanal, porque **“o trabalhador que executa a sua vida inteira uma única função simples, transforma todo seu corpo em órgão automático unilateral dessa operação e, portanto, necessita para ela menos tempo que o artífice, que executa alternadamente toda uma série de operações.”** (MARX, 1983, p. 269). O trabalhador transforma-se num autômato, num órgão unilateral do processo produtivo.

Os distintos trabalhadores parciais quando operam em conjunto elevam a produtividade a um nível muito superior à produção artesanal, na qual o artesão estava envolvido em todo o processo. O trabalhador parcial se torna um ser que não se reconhece no processo global da produção, pois ao final do processo de trabalho ele não tem o produto objetivo completamente, mas apenas um apêndice da mercadoria que será levada ao mercado.

O modo de produção capitalista intensifica a divisão social do trabalho, já que a produção de mercadoria passa pela mediação do trabalhador parcial e fragmentado. A divisão social do trabalho, assinala Marx (1983, p. 50), **“é condição de existência para a produção de mercadorias, embora, inversamente, a produção de mercadorias não seja a condição de existência para a divisão social do trabalho”**. A divisão do trabalho serve para potencializar o desenvolvimento de relações fetichizadas, em que o tempo de trabalho socialmente necessário é um elemento determinante do valor da mercadoria.

A manufatura serviu de prólogo ou preparação do terreno para o desenvolvimento da produção genuinamente capitalista. Nesta, o desenvolvimento das forças produtivas não implicou o melhoramento direto das condições de existência dos trabalhadores, pois seu desenvolvimento visava tão somente ao aprimoramento dos mecanismos de

controle e subordinação do trabalho aos processos de ampliação da acumulação e expansão do capital.

O desenvolvimento de uma complexa divisão social do trabalho, perpassada por um conjunto complexo de funções e atividades, tem como fundamento a necessidade de intensificação da redução do tempo de trabalho socialmente necessário. A grande indústria tem como preceito elementar a necessidade de ampliação daquilo que o trabalhador entrega gratuitamente ao capitalista, ou seja, a mais-valia. Pela mediação do desenvolvimento tecnológico, o capital conseguiu amoldar completamente a força de trabalho aos seus imperativos de comando e controle, diminuindo o tempo de trabalho socialmente necessário para o processo de reprodução da força de trabalho.

A divisão do trabalho na indústria é aperfeiçoada tanto pela distinção entre trabalho intelectual e trabalho manual quanto pela divisão e combinação de um sistema de máquinas. As máquinas parciais emergiram de forma combinada da mesma maneira que os distintos trabalhos parciais apareciam combinados na manufatura. Afirma Marx (1984, p. 13):

“Assim como na manufatura a cooperação direta dos trabalhadores parciais estabelece determinadas proporções entre os grupos particulares de trabalhadores, também no sistema articulado das máquinas parciais umas pelas outras estabelece uma relação determinada entre seu número, seu tamanho e sua velocidade. A máquina de trabalho combinada, agora um sistema articulado de máquinas de trabalho individuais de diferentes espécies e de grupos das mesmas, é tanto mais perfeita quanto mais contínuo for seu processo global, isto é, com quanto menos interrupções a matéria-prima passa de sua primeira à sua última fase, quanto mais, portanto, em vez da mão humana, o próprio mecanismo a eleva de uma para outra fase da produção.”

Na indústria, a produção ocorre de maneira essencialmente coletiva ou cooperada. Escreve Marx (1984, p. 17): **“O caráter cooperativo do processo de trabalho torna-se agora, portanto, uma necessidade técnica ditada pela natureza do próprio meio de trabalho”**. A maquinaria potencializa e expande o papel das ferramentas, transformando o operário num apêndice. É a máquina que determina o ritmo da produtividade e intensifica a produção segundo os interesses do capital. O caráter alienado ganha proporções ainda mais significativas, pois **“não é o trabalhador quem usa as condições de trabalho”**, mas **“as condições de trabalho que usam o trabalhador”**. (MARX, 1984, p. 43)

Na produção fabril, a virtuosidade do trabalhador parcial da manufatura é transferida para a máquina; os trabalhadores convertem-se em meros autômatos e a máquina no sujeito do processo produtivo. É o trabalho morto erguendo-se contra o trabalho vivo.

Assim, o trabalhador será transformado em parte de uma máquina parcial, desempenhando funções parceladas

perante uma máquina parcial. Desse modo, os meios de trabalho se confrontam com o trabalhador como o capital, e o trabalho morto expropria o trabalho vivo. É por isso que o trabalhador, inicialmente, lança-se contra os meios de trabalho e quebra as máquinas, como atesta o movimento ludista. No entanto, os trabalhadores não demorariam muito para observar que essa atitude em relação à máquina não resolvia o problema do desemprego e do colapso de sua profissão.

O movimento na direção da separação entre trabalho intelectual e trabalho manual avança de maneira expressiva na produção realizada pela mediação da grande indústria. Seus pressupostos foram estabelecidos pela manufatura, que transformou o trabalhador em trabalhador parcial. Ela serviu ainda para libertar o capitalista das funções de controle direto da produção, designando um corpo de trabalhadores assalariados para controlar, dirigir, supervisionar e mediar o processo de trabalho segundo os imperativos de comando do capital.

O controle absoluto do processo de trabalho pelo grupo especializado de trabalhadores assalariados não implica em os trabalhadores terem perdido sua capacidade cognitiva e subjetiva enquanto indivíduos; significa que **“o trabalhador manual perde o controle e os domínios da totalidade do processo global do trabalho e, portanto, as ‘forças espirituais’ do trabalho, sendo a sua subjetividade atrofiada no processo de trabalho alienado”**. (BARRADAS, 2012, p. 112)

A divisão social do trabalho na grande indústria representa uma ruptura com a forma originária de constituição do trabalho, porquanto o trabalho, enquanto categoria fundante do mundo dos homens, está alicerçado na articulação entre subjetividade e objetividade, atividade manual e atividade intelectual. E a grande indústria sustenta-se no trabalho abstrato e na disjunção entre cabeça e mãos, entre prática e teoria, entre as atividades de planejamento e as atividades de execução. De acordo com Marx, **“Como no sistema cabeça e mão estão interligados, o processo de trabalho une o trabalho intelectual com o trabalho manual. Mais tarde separam-se até se oporem como inimigos”**. (MARX, 1984, p. 105)

O antagonismo entre trabalho intelectual e trabalho manual exprime a contraposição que perpassa as classes sociais do modo de produção capitalista, já que o trabalho intelectual exprime os interesses do capital. Uma parte dos trabalhadores assalariados exerce funções fundamentais visando assegurar a ampliação das taxas de mais-valia. Enquanto os trabalhadores manuais transformam a natureza e são responsáveis pela produção do conteúdo material da riqueza da sociedade, os trabalhadores assalariados vivem numa parte do excedente forjado pela expropriação do trabalho que produz o conteúdo da riqueza material da sociedade.

O capital se ergue sobre a disjunção entre trabalho intelectual e trabalho manual. Isso resulta numa decomposição ainda maior do trabalhador na produção industrial quando comparada à produção manufatureira,

ocorrendo a subsunção real e efetiva da consciência operária ao processo produtivo. Além de ser um mero apêndice da máquina, o trabalho manual, na grande indústria, constitui-se como simples executante daquilo que **“foi previamente planejado, calculado, cientificamente estudado pelo trabalho intelectual.”** (BARRADAS, 2012, p. 125)

No modo de produção capitalista, a maquinaria não é introduzida para aliviar o fardo do trabalho, senão para encurtar o tempo de trabalho necessário à reprodução orgânica do trabalhador manual e ampliar o tempo de trabalho excedente para o capitalista.

As funções de direção e controle não pertencem aos trabalhadores manuais, mas aos trabalhadores intelectuais. Escreve Marx (1983, p. 263): **“A direção capitalista não é só uma função específica surgida da natureza do processo social de trabalho e pertencente a ele; ela é ao mesmo tempo uma função de exploração de um processo social de trabalho e, portanto, condicionada pelo inevitável antagonismo entre o explorador e a matéria-prima de sua exploração.”** A forma de controle do capital sobre o trabalho, pela mediação do trabalho intelectual, é uma forma despótica; nela, o trabalhador manual é mero autômato e uma simples extensão da máquina parcelada.

Educação enquanto reprodução do capital!

A intensificação da divisão social do trabalho que amolda a produção capitalista requer um processo de aperfeiçoamento dos mecanismos de formação da força de trabalho. Foi no bojo da Revolução Francesa que se colocou pela primeira vez na história a necessidade do letramento dessa classe. Antes disso, não há nenhuma educação formal para as classes dominadas nas sociedades antigas e medievais. Já o mundo fabril impunha a necessidade de um trabalhador qualificado e distinto daquele destinado ao trabalho servil e escravo.

O trabalho assalariado requeria não apenas a presença do trabalhador livre, leve e solto como os pássaros para adequar-se ao novo mundo do trabalho, mas também uma subjetividade plenamente subordinada à lógica do capital. O próprio desenvolvimento da indústria exige do capital uma determinada formação de sua força de trabalho para respeitar seu maquinário e não destruí-lo facilmente, como faziam os escravos nas colônias estadunidenses.

O desenvolvimento dos meios de produção conduzia ao aprimoramento das forças produtivas, em que o trabalhador devia submeter-se às leis imanentes da ideologia capitalista. Escreve Ponce (2005, p. 147): **“As máquinas complicadas que a indústria criava não podiam ser eficazmente dirigidas pelo saber miserável de um**

servo.” A complexidade da indústria, com seu sistema de máquinas e ferramentas aperfeiçoadas, exigia um operariado que soubesse decifrar seu código secreto.

A determinação da agricultura pela indústria capitalista impunha a necessidade da generalização dum sistema de máquinas, formado por arados especializados, debulhadoras mecânicas e colheitadeiras sofisticadas, que exigia um trabalhador rural que soubesse ler e manejá-los. Nesse aspecto, uma educação elementar é suficiente para atender aos interesses de reprodução do capital. Destaca Ponce (2005, p. 148): **“o trabalhador assalariado já não poderia satisfazer o seu padrão se não dispusesse ao menos de uma educação elementar.”** Essa nova época não poderia abrir mão do processo de formação de sua força de trabalho.

A necessidade de preservar o capital investido nos meios de produção (capital constante), demanda um trabalhador dotado duma subjetividade diferenciada, ao contrário dos rudimentares meios de trabalho que eram entregues aos servos e escravos no passado; e eles, deliberadamente, numa situação de revolta, destruíam ou provocavam a ruína desses meios.

A divisão entre trabalho manual e trabalho intelectual assume corolários específicos. Assim, aquelas habilidades funcionais que eram adquiridas informalmente no próprio cotidiano presumem uma forma mais elaborada e sofisticada, que deve ser ministrada por uma instituição específica para tal fim. Segundo Manacorda (1989, p. 249): **“Fábrica e escola nascem juntas: as leis que criam a escola de Estado vêm juntas com as leis que suprimem a aprendizagem cooperativa (e também a ordem dos jesuítas).”**

O desenvolvimento da produção capitalista pauta-se pelo afastamento gradual do capitalista das atividades diretamente relacionadas às atividades de controle e supervisão por um aglomerado de técnicos e funcionários intermediários que emergem como novas personificações do capital. Desta maneira, entre os trabalhadores não especializados e os trabalhadores mais especializados, há uma plêiade de funcionários formados na nova escola instituída pela burguesia. As distinções sociais estatuídas no interior do processo produtivo servirão para formar tanto uma aristocracia no interior da classe operária quanto um grupo de trabalhadores assalariados que assumirão as atividades de comando em nome dos interesses do proprietário dos meios de produção. Nessa perspectiva, deveria se conceder **“uma educação primária para as massas, uma educação superior para os técnicos, eis o que, em essência, a burguesia exigia no campo da educação.”** (PONCE, 2005, p. 149)

No entanto, a escola oferecida para a classe operária padecia de problemas crônicos e estruturais, tornando-se muito mais depósito de seres humanos do que um exemplo bem-sucedido de formação da classe trabalhadora. Além

Notas

1 - Fragmento do primeiro capítulo do livro *Universidade, ciência e violência de classe*, Instituto Lukács, 2014. Bispo, Artur.

disso, não eram raros os exemplos de professores e professoras desqualificados no decorrer dos séculos XVIII e XIX. E quando havia mestres esmerados e competentes, inexistiam adequadas condições de trabalho, materiais didáticos e livros especializados, além da ausência de infraestrutura para o pleno desenvolvimento das aptidões infantis. O sucateamento da escola pública faz parte da gênese do capitalismo industrial.

Ainda assim, a burguesia considerava a educação operária uma ameaça aos seus efetivos interesses, pois o letramento da classe operária poderia desenvolver a consciência de classe para si e constituir-se como possível estopim dum processo revolucionário. Para afugentar seus fantasmas, a burguesia tratou de reduzir a universalização da educação pública, laica e gratuita à condição de mera universalização abstrata e formal. Os teóricos da burguesia que defendiam a universalização da educação, como Condordet e Pestalozzi, bem sabiam das impossibilidades de oferecer uma educação igualitária para todos, pois a educação burguesa deveria considerar as particularidades de cada classe social. Eles mesmos, envolvidos na educação de sua classe, buscavam ser comedidos na defesa da universalização do acesso à escola pública e gratuita.

Parece claro para a burguesia que as atividades, que exigiam muito mais o cérebro que as mãos, pressupunham um tempo maior de dedicação em relação às atividades que exigiam somente as mãos. Os filhos da classe operária não podiam passar tanto tempo na escola como os filhos da burguesia. Estes deveriam estudar mais e ter um domínio maior das ciências e das questões gerais, enquanto os filhos da classe operária precisavam desenvolver somente a habilidade necessária ao universo da instrumentalidade e da manualidade, pouco importando o conhecimento que não os tornava mais hábeis no exercício das atividades produtoras de riquezas materiais.

Por sua vez, a própria condição em que estava lançada a classe operária no decorrer dos séculos XVIII e XIX impedia quaisquer possibilidades de concretização do ideal de educação gratuita para todos.

Deve-se lembrar que a Revolução Industrial rebaixou os salários dos operários e obrigou toda a família a adentrar no mundo fabril. Era simplesmente impossível que as crianças fossem às escolas gratuitas anunciadas pelos revolucionários burgueses, quando precisavam trabalhar para garantir a subsistência.

A polivalência dos trabalhadores e a rotatividade de seus postos demonstram a incomensurável vulnerabilidade do trabalho no modo de produção capitalista. Nele, tudo é movediço e escorregadio para o trabalhador, não subsistindo nada de sólido sob seus pés, pois a qualquer momento ele pode perder o emprego, ser substituído pela máquina ou ser deslocado para outra função. Essa situação evidencia que inexistente **“solidez e segurança da situação de vida do trabalhador, ameaçando constantemente arrancar-lhe da mão, com o meio de trabalho, o meio de subsistência e torná-lo, com sua função parcelar, supérfluo.”** (MARX, 1984, p. 89)

Isso foi dito quase um século e meio antes do advento do toyotismo como modelo predominante de organização da produção capitalista pautada pela formação do trabalhador polivalente e multifuncional.

Marx estabelece uma crítica radical à divisão social estatuída pelo modo de produção capitalista e à sua exigência de especialização, pois embotam as consciências operárias e abortam as potencialidades humanas. É da natureza do capitalismo impedir o livre florescimento da sensibilidade humana, pois a propriedade privada submete tudo à sua lógica reificante e degradante. Marx entende que a superação da alienação deve ser uma atividade realizada em escala omnilateral, envolvendo a totalidade da existência e dos sentidos humanos. O homem deve se apropriar de sua essência omnilateral de maneira omnilateral.

A escola politécnica disponibilizada pela burguesia não passa duma instituição voltada exclusivamente para o aprofundamento da alienação do trabalhador em relação às suas efetivas potencialidades. É uma instituição que serve ao embotamento da consciência das massas operárias e ao atendimento dos interesses do mercado de trabalho. Enquanto a escola politécnica envereda pela necessidade da formação exclusivamente manual, a escola para os filhos da burguesia constitui-se pela negação radical do trabalho, que é somente uma mera entidade refratada ou então um divertimento e passatempo das crianças burguesas, não se constituindo de maneira alguma como seu fundamento. A escola politécnica é dirigida especificamente para as crianças que não dispõem de tempo livre para dedicar-se aos estudos e precisam lutar exaustivamente pela sua sobrevivência.

A necessidade de uma força de trabalho flutuante e versátil está na base do processo de constituição das escolas oferecidas para os filhos da classe operária. No contexto do desenvolvimento do capital industrial, tornou-se uma quimera o velho adágio que afirmava **“sapateiro não passe do sapato.”** O ofício para toda a vida foi execrado do mapa desde que Watt inventou a máquina a vapor, Arkwright inventou o tear e Fulton criou o navio a vapor (MARX, 1984). As especialidades receberiam um novo tratamento tanto no âmbito do trabalho manual quanto no âmbito do trabalho intelectual. E todo o processo de formação politécnica na sociedade capitalista obedece ao presente receituário, que tem como eixo fundamental o trabalho abstrato.

A classe operária precisa ser habilitada para assumir determinados postos no interior da produção capitalista, e isso não se contrapõe ao fato de haver postos de trabalho que desconsiderem a necessidade de qualquer qualificação. Mediante a exigência de formação ou habilitação formal para o trabalho, o capital controla a força de trabalho operária e delega aos indivíduos despreparados para atender às demandas do mercado de trabalho a responsabilidade pela manutenção de sua sobrevivência e por sua condição de desempregado crônico. Desse modo, o sistema do capital tenta isentar-se ideologicamente da responsabilidade pelo desemprego por ele mesmo gerado. Assim, os trabalhadores passam a

correr atrás da escola, imaginando que desse modo podem afugentar a ameaça que paira sobre suas cabeças.

Trabalho associado e educação socialista

O despotismo da grande indústria revela a natureza do capital e que o controle do trabalho manifesta-se como estranho e avesso aos interesses dos produtores da riqueza da sociedade, servindo exclusivamente ao processo de reprodução do capital.

Por isso, uma nova forma de sociabilidade que pretenda superar o capital não pode preservar a divisão social do trabalho, que caracteriza o modo de produção capitalista.

É fundamental que os trabalhadores assumam todo o processo de controle, planejamento, regulação, supervisão e mediação da produção e da distribuição produzida, superando a disjunção entre trabalho manual e trabalho intelectual. É que preservar a divisão social do trabalho do modo de produção capitalista implica manter intacto o edifício social fundamental ao processo de reprodução do capital. Uma perspectiva que pretende ir para além do capital deve superar completamente a divisão social do trabalho centrada na separação entre trabalho intelectual e trabalho manual.

O trabalho associado (livre associação dos trabalhadores livres) somente é possível numa sociedade em que haja as condições materiais e espirituais para a constituição do reino da liberdade e da abundância. O trabalho enquanto necessidade eterna dos homens continuará existindo, mas não o trabalho enquanto fardo ou entrave ao livre desenvolvimento das potencialidades humanas. O trabalho associado, segundo Tonet (2012, p. 50), **“se caracteriza pelo controle livre, consciente, coletivo e universal dos trabalhadores sobre o processo de produção e distribuição da riqueza.”** A lógica de produção regulada segundo os imperativos do valor de troca será completamente solapada pelo critério do valor de uso. A produção será regulada para atender às efetivas necessidades humanas, e não às necessidades de reprodução do capital.

Somente numa sociedade emancipada do capital é possível o livre desenvolvimento das efetivas potencialidades humanas. Escreve Tonet (2012, p. 55): **“A formação integral do indivíduo supõe o acesso à riqueza material e espiritual necessária à plena realização dele.”** A educação das massas na perspectiva da constituição duma sociedade emancipada do trabalho abstrato e do trabalho assalariado pressupõe a superação das perspectivas refratárias da educação burguesa e seu conjunto de preceitos axiológicos.

A unidade entre trabalho manual e trabalho intelectual marca o trabalho associado e a sua possibilidade deve estar posta desde o primeiro momento da irrupção de um processo revolucionário. O trabalho associado caracteriza-se por ser livre, consciente, coletivo e universal. No caso da Rússia, essa possibilidade inexistia, apesar da consciência política do proletariado. Segundo Tonet (2010, p. 48):

“Certamente, é preciso levar em conta que esta forma de trabalho não poderia entrar em cena, em sua plenitude, desde os momentos iniciais da

revolução. Porém, o que é importantíssimo deixar claro é que a possibilidade de o trabalho associado fazer-se presente deve existir desde o início, para que ele, então, possa ser o eixo de todo o processo revolucionário.”

É fundamental entender que a ofensiva socialista deve partir do princípio de que a educação envolve a totalidade da existência dos indivíduos e não se limita a um determinado período de suas existências. A perspectiva da educação socialista deve lançar abaixo a divisão social do trabalho que fundamenta o modo de produção capitalista, pois todo processo de formação profissional tem como propósito fundamental a economia de tempo segundo os imperativos inquestionáveis do mercado. É preciso libertar o trabalho do confinamento desumano das funções especializadas que impede os trabalhadores de exercerem as suas funções criativas e autoprodutivas.

Apesar das derrotas sofridas nesse período histórico e da ofensiva do capital cooptando as organizações sindicais e os partidos operários, o proletariado continua sendo a classe revolucionária por excelência, pois somente ela pode emancipar a si mesma e emancipar toda a humanidade.

Somente ela pode fazer explodir o contínuo da história dos vencedores e pode dinamitar completamente o sistema do capital, pelo papel que ocupa expressivamente no processo de organização da produção. Somente o proletariado é a classe social que vive do conteúdo da riqueza material por ela produzida, diferentemente das demais classes sociais, que vivem exclusivamente do parasitismo da riqueza produzida por outrem. Somente o proletariado é a classe para si, ou seja, a única capaz de libertar as efetivas potencialidades humanas enclausuradas pelo capital, mediante a libertação de si mesmo e de toda a humanidade através de uma revolução política com alma social e de uma revolução permanente das estruturas herdadas.

Referências Bibliográficas

- BARRADAS, L. F. Dourado. *Marx e a divisão do trabalho no capitalismo*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, UFAL, 2012.
- MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. Livro Primeiro. Vol. I. Trad. Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. 3. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. Livro Primeiro. Vol. II. Trad. Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Abril Cultural, 1984.
- MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. Livro Terceiro. Vol. V. Trad. Reginaldo Sant'Anna. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
- MESZÁROS, István. *O desafio e o fardo do tempo histórico: o socialismo no século XXI*. Trad. Ana Cotrim e Vera Cotrim. São Paulo: Boitempo, 2007.
- MONACORDA, Mario Alighiero. *História da educação da Antiguidade aos nossos dias*. São Paulo: Cortez e Autores Associados, 1989.
- PONCE, Anibal. *Educação e luta de classes*. Trad. José Severo de Camargo Pereira. São Paulo: Cortez, 2005.
- SANTOS NETO, Artur Bispo dos. *Universidade, ciência e violência de classe*. São Paulo: Instituto Lukács, 2014.
- TONET, Ivo. Educação e revolução. *Revista Germinal: Marxismo e Educação em Debate*. Londrina, v. 2, n. 2, p. 43-53; ago. 2010.
- _____. *Educação contra o capital*. São Paulo: Instituto Lukács, 2012.

Capitalismo e a crise estrutural

Nos anos 1970, o modelo socioeconômico capitalista enfrentou uma séria crise que afetou a maior parte das economias centrais e, conseqüentemente, também os países pobres e, ainda, aqueles considerados “em desenvolvimento.”

Desse modo, após um intervalo de tempo relativamente longo de grande acumulação, dentro do qual o capital pôde fazer algumas concessões aos trabalhadores, o sistema capitalista de produção encontrou-se diante de importantes limitações que, ao se aprofundarem, o constringem a um período de recessão um pouco diferente em relação às demais crises cíclicas do capital.

Segundo Antunes (1999)¹, os sinais mais evidentes deste movimento descendente são: queda na taxa de lucro; esgotamento do padrão de acumulação taylorista/fordista de produção; hipertrofia da esfera financeira; maior concentração de capitais; crise do Estado de bem-estar; e aumento das privatizações.

Diante desse quadro e analisando seus desdobramentos, um dos mais importantes teóricos sociais da atualidade, István Mészáros, defende a ideia de que o capitalismo, percebido em sua totalidade, entrou em uma nova fase de crise longa e duradoura, sistêmica e estrutural.²

Segue, agora, um movimento que é tendencialmente decrescente. Nesta trajetória existem momentos de certa estabilidade e outros de irrupções mais acentuadas de queda na taxa de lucro e desestruturação econômica global. São como ciclos econômicos pensados por Marx só que sem os períodos de grande acumulação de capital. O movimento seria de estabilidade – queda em vez de ascensão – estabilidade – queda – ascensão, etc. Os momentos de queda se expressam em crises graves que abalam toda a estrutura do capitalismo e que são muito mais difíceis de superar do que as do passado. Basta pensarmos que até hoje (2014) vivemos reflexos da



crise econômica de 2008!

Um dos aspectos mais relevantes desta fase é a falência dos dois mais importantes sistemas estatais de controle e regulação do capital: o keynesiano, materializado no Estado de bem-estar social (Welfare State), desenvolvido nas sociedades capitalistas, e o de tipo soviético, presente nas sociedades pós-capitalistas.

Assim, sem controle, o capital aprofundou ainda mais o seu movimento descendente, de crise estrutural. Para Mészáros (2006), esta nova fase da economia capitalista caracteriza-se por: 1) ter um caráter universal; 2) seu âmbito é verdadeiramente global; 3) sua escala temporal é prolongada, permanente; 4) seu modo de evolução é “**rastejante**”, diferente das erupções e colapsos dramáticos do passado.

O autor húngaro nos afirma, ainda, que no interior de uma crise, e em especial da crise estrutural do capitalismo em que vivemos, três características *intrínsecas* ao capital tornam-se mais visíveis: a) expansionismo: busca crescente e desmedida de mais-valia; b) produção destrutiva: produção e consumo de supérfluos geram precarização do trabalho e desemprego estrutural. Além disso, impulsiona uma destruição da natureza em escala ampliada; c) incontrolabilidade: por sua insuperável necessidade de expansão e de produzir destrutivamente, torna-se, no limite, incontrolável.

Importante também enfatizarmos que tal crise resvala, em alguma medida, sobre todos os complexos sociais e, portanto, tem profunda influência sobre todos os aspectos da vida dos homens.

Podemos, então, afirmar junto com Mészáros (2000, p. 800)³ que:

“[...] esta crise estrutural não está confinada à esfera socioeconômica. Dadas às determinações inevitáveis do “círculo mágico” do capital referidas anteriormente, a profunda crise da “sociedade civil” reverbera ruidosamente em todo espectro das instituições políticas.”

Diante deste quadro, o capital tenta se reorganizar a fim de retomar as taxas de lucro e recuperar a estabilidade. Neste sentido há uma transformação radical no que diz respeito à esfera produtiva no capitalismo no fim dos anos

Notas

1 - ANTUNES, Ricardo. *Os Sentidos do Trabalho*. São Paulo: Boitempo, 1999.

2 - MÉSZÁROS, Istvan. *Para Além do Capital*. São Paulo: Boitempo, 2000.

3 - MÉSZÁROS, Istvan. *Para Além do Capital*. São Paulo: Boitempo, 2000.

1970. Este fenômeno ficou conhecido nas Ciências Sociais como “reestruturação produtiva do capital”. Consequentemente, verificamos uma mutação nas relações entre capital e trabalho em que os direitos dos trabalhadores duramente conquistados em um momento de apogeu da economia capitalista, vêm sendo suprimidos. Estes, por sua vez, passaram a brigar de forma acirrada entre si na tentativa de manterem-se no mercado, mesmo com os direitos diminuídos. Desta maneira ocorreu um dismantelamento dos instrumentos reivindicatórios dos trabalhadores, sobretudo, o principal deles, os sindicatos.

A partir da crise de 2008, que tem seu impulso imediato em um setor financeiro desregulado, vivenciamos uma nova fase dessa crise estrutural, em que se acentuaram os ataques aos trabalhadores e o uso do dinheiro público para socorrer a lucratividade do capital (bancos e empresas em geral) e a consequente austeridade com o corte nos gastos com a educação e saúde públicas.

Com essa dinâmica descendente do capital, os projetos e governos reformistas e social democratas (Europa), transformaram-se em fiéis aplicadores dos planos de austeridade contra os trabalhadores.

O petismo, ao chegar ao governo no Brasil, aplicou um misto de políticas assistencialistas, arrocho dos salários e direitos dos funcionários públicos e brutal endividamento do estado e das famílias em prol dos interesses do capital.

Mesmo os governos nacionalistas burgueses de Chaves, Morales e Correa, ao não romperem com a burguesia e com a lógica do lucro, não foram além de medidas parciais que não resolveram os problemas sociais e, hoje, sofrem sérios questionamentos tanto de esquerda como de direita.

O ambiente de disputa acirrada e globalizada entre as empresas, no marco da crise estrutural, produz também um abalo nos instrumentos reivindicatórios dos trabalhadores em geral. Isso porque são movimentos e organismos que lutam por melhorias no interior da ordem burguesa em um contexto que aponta justamente no sentido inverso, ou seja, para a crise cada vez mais aprofundada, como visto acima.

Assim, daqui para frente, a eficácia dos movimentos e suas organizações depende da capacidade destes de se colocarem não apenas como reivindicatórios aos patrões, governos e parlamentos, mas de impor suas demandas pelas lutas diretas e métodos mais radicalizados como as greves, piquetes, ocupações, bloqueios de importantes vias etc. É preciso, portanto, preparar os trabalhadores para passar por cima das direções burocratizadas e para não aceitarem a judicialização, ou qualquer forma de institucionalização, de suas lutas.

A única alternativa frente a crise estrutural do capital é a retomada de uma ofensiva socialista em todos os terrenos, desde a luta pelo avanço da consciência a partir

das lutas imediatas até a propaganda e a agitação denunciando o capital, as grandes corporações, os governos, os parlamentos e a justiça burguesa, como os responsáveis pelo agravamento da precarização das condições de trabalho e de vida da imensa maioria da população. É imprescindível ainda, para o êxito de uma verdadeira ofensiva socialista, o aprofundamento teórico dos revolucionários que possa subsidiar a compreensão da vida social, de seu funcionamento e das possibilidades de superação do atual estado de coisas.

Neste contexto, é preciso que a atuação dos movimentos e organizações que reivindicam o socialismo orientem-se cada vez mais no sentido de ir além do imediatismo e do corporativismo. Isto porque a História já nos deu inúmeras provas de que mesmo que os trabalhadores conquistem algumas vitórias imediatas, sempre as custas de muito suor e sangue, se o capitalismo, enquanto forma de organização social, não for superado, a tendência mais geral, em meio a atual fase do capitalismo, é de piora nas condições de vida.

A crise e seus impactos sobre a educação

Nesta nova realidade, em que o capital aumenta constantemente o uso de novas tecnologias (robótica, microeletrônica etc.), com a intenção de aumentar a mais-valia relativa, e ao mesmo tempo impõe severas restrições aos direitos trabalhistas, percebemos que o caráter da Educação tende a ser transformado, em sua forma, no sentido de acompanhar as modificações provocadas pela reestruturação produtiva.

De um lado, são exigidos novos conhecimentos e novas habilidades dos trabalhadores, que apenas poderão ser alcançados com uma profunda mudança nas estruturas educacionais e, de outro lado, torna-se fundamental que o trabalhador continue disciplinado e submisso às leis do mercado. E isto se consegue mantendo os elementos básicos da educação tal como foi reproduzida em todo o século XX.

Há aqui uma dialética de mudança e permanência. A Educação deve passar por um processo de transformação no sentido de acompanhar as metamorfoses do mundo do trabalho, especialmente no que diz respeito a corrida tecnológica realizada pelo capital e, ao mesmo tempo deve conservar seu caráter de dominação de classe.

Além de modificar acentuadamente os processos educativos, a crise estrutural do capital também impôs um amplo processo de mercantilização da educação.

A ofensiva capitalista para expropriar a mais-valia do trabalhador ganha tamanha ubiquidade que não basta apenas o processo de expropriação do tempo de trabalho decorrido no interior da fábrica, já que é necessário estender sua expropriação às diferentes esferas da vida dos indivíduos. Assim, as necessidades do capital em crise impõe a transformação também da Educação numa mercadoria como outra qualquer. O que antes era direito da classe trabalhadora “ **resultante da época histórica em que o capital podia fazer, através do Estado,**

concessões aos trabalhadores” é superado pela perspectiva da educação como privilégio. A educação deixou de ser um direito da sociedade para, aos poucos, constituir-se numa mercadoria fundamental ao processo de reprodução e expansão do capital.

Este processo de mercantilização da educação tem duas faces que formam um todo no interior da lógica do capital em crise.

De um lado, há um tratamento da educação como uma mercadoria qualquer, como foi dito acima. Aqui se busca diretamente a valorização do capital a partir da venda de serviços educacionais. A prática social educacional é vendida e comprada no mercado com o objetivo de gerar lucros para os grupos empresariais. Nos últimos anos acompanhamos grandes transações comerciais envolvendo o setor educacional. Em 2010 a Abril Educação comprou o grupo Anglo. Um mês depois a Br Investimentos compra parte da Abril Educação por R\$ 226,2 milhões. A empresa inglesa Pearson, especializada em “serviços educacionais” e editoriais, comprou os sistemas de ensino COC, Pueri Domus, e Dom Bosco por R\$ 888 milhões. Em 2013 a Kroton maior grupo educacional brasileiro inicia o processo de compra do Grupo Educacional Anhaguera em uma transação de R\$ 5 bilhões, recentemente aprovada pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE). Com esta fusão a Kroton torna-se o maior grupo educacional privado do mundo! A 17 empresa da Bovespa em valor de mercado, que está estimado hoje em R\$ 24,48 bilhões. Este ano o grupo efetuará a matrícula de mais de um milhão de estudantes, grande parte com dinheiro público via Prouni. Esta educação-mercadoria serve prioritariamente aos interesses da burguesia comercial.

Por outro lado, a Educação também passa a ser entendida de maneira quase exclusiva como meio necessário para a produção eficiente de outras mercadorias. Com o processo de reestruturação produtiva a educação torna-se sinônimo de formação intelectual para as necessidades do capital. O que predomina nas escolas, públicas e privadas, é a ideia de que uma boa educação é aquela que qualifica os indivíduos para o mercado. O ensino torna-se cada vez mais rebaixado voltando-se quase que exclusivamente para técnicas e conhecimentos necessários para o trabalho no setor produtivo. As velhas concepções educacionais tecnicistas e economicistas, que emergiram com a ideia de “modernização acelerada” do capitalismo brasileiro durante a ditadura militar, reaparecem agora com um revestimento democrático e progressista. Neste aspecto a burguesia industrial também vê seus interesses atendidos.

Em ambos os casos o capital financeiro se beneficia, pois é ele que financiará todas as reformas educacionais necessárias para a produção capitalista, que serão aplicadas pelo Estado, e ainda aumentará seus ganhos com investimentos nos grandes grupos educacionais. Hoje, nós sabemos, as maiores empresas no âmbito da educação têm bancos ou grupos de investimentos como seus principais acionistas.

Neste contexto toda reforma do sistema educacional promovida pelo Estado conta com a participação ativa das frações da classe capitalista mais interessadas.

O Plano Nacional de Educação (PNE) recentemente aprovado no congresso é um bom exemplo. Este plano foi elaborado por um movimento social chamado Todos Pela Educação. O organizador deste movimento é uma instituição chamada Itaú/Unibanco. Dentre seus principais membros encontramos: Gerdau, Bradesco, Fundação Roberto Marinho, Santander, Bunge etc. São estas empresas que planejaram os rumos da Educação no Brasil para as próximas décadas!

Neste contexto não fica difícil entender porque há, hoje, uma crescente incorporação dos interesses capitalistas nos planos didático-pedagógicos. As mesmas empresas e institutos que pressionam pela redução dos gastos do Estado, ao mesmo tempo buscam se apropriar do que é investido e interferem em conselhos municipais, estaduais e federal de educação, com o objetivo de ditar modos de reorganização das redes, seu currículo e até procedimentos pedagógicos mais adequados aos seus interesses. Basta citarmos o fato de que o Sistema Positivo de ensino já alcança mais de 400 mil alunos da rede pública. Em SP mais de 300 municípios utilizam o Sistema Positivo.

Estes grupos empresariais também são responsáveis, direta ou indiretamente, pela implantação dos sistemas de avaliações externas e indicadores – SARESP, Prova Brasil, Prova São Paulo, Pisa, IDEB, Enem, Enade etc. – pelas metas, política de bônus/mérito e pela elaboração de currículos que direcionam as intervenções pedagógicas e o processo de ensino-aprendizagem para a realização dessas avaliações externas. A educação termina por se reduzir a um “treinamento” para obtenção de sucesso em algumas provas.

O trabalho docente passa a ser vinculado ao atendimento das metas empresariais e conhecimentos/conteúdos cobrados nesses exames externos, descolados das realidades dos alunos e professores e voltados exclusivamente às necessidades empresariais. Com isso, a atividade do professor fica refém dessa finalidade. Ao mesmo tempo, procura-se responsabilizar os profissionais



da Educação pelos rendimentos negativos dos alunos nas avaliações externas.

Qualquer prática pedagógica que questione esses referenciais capitalistas dominantes é combatida pelos agentes dos governos, que estão a serviço desses interesses (desde as secretarias de educação até as equipes gestoras nas escolas e universidades).

As cobranças regularizadas por prêmios – bônus/mérito – visando a diminuição das faltas dos professores e atendimento das metas empresariais, provoca um aumento considerável de doenças profissionais dos educadores, na medida em que estes continuam presenciando, nas escolas, um quadro desalentador, sem valorização e, conseqüentemente, sem realização profissional.

É importante, ainda, indicarmos que a educação na atual quadra histórica não serve apenas para a valorização do capital em crise, ou seja, como meio econômico de enfrentar a queda das taxas de lucro. Ela exerce também um importante papel ideológico de defesa do capital ao atuar nas subjetividades como conjunto de conhecimentos e práticas que pressupõe a perenidade desta forma de sociabilidade e que, portanto, objetivam apenas contribuir para que indivíduos mais inteligentes e/ou interessados, que tenham realmente força de vontade, consigam vencer a concorrência do mercado e chegar a uma situação privilegiada. A escola, de maneira geral, ajuda a reproduzir a ideia de que os que não alcançaram seu lugar ao sol são culpados por este fracasso. Assim, conformismo, individualismo e a necessidade da concorrência são lições centrais do sistema educacional sob a égide do capitalismo.

Em um período de crise estrutural como o atual, em que o sistema capitalista está chegando aos seus limites absolutos, estas características ideológicas da Educação se acentuam.

Em meio a um desemprego crônico, violência crescente, precarização do trabalho a níveis quase insustentáveis, suspensão de direitos básicos, como saúde e transporte etc, é indispensável que a Educação, dentre outros complexos ideológicos, tenha como objetivo disfarçar as desumanidades próprias desta forma de organização social e afirmar a sua insuperabilidade.

E, desta maneira, desestimular qualquer luta que tenha um caráter revolucionário ou que simplesmente questione elementos importantes para a manutenção do sistema. O sistema educacional em uma sociedade de classes, enquanto atividade controlada pelo Estado, não poderá mais do que propor uma educação cidadã. Ou seja, uma educação que não fuja dos limites do capital. Junto com o professor Ivo Tonet (2012, p.34), entendemos que:

“A cidadania moderna tem sua base no ato que funda o capitalismo, que é o ato de compra-e-venda de força de trabalho. Ao realizar este contrato, capitalista e trabalhador se enfrentam como dois indivíduos livres, iguais e proprietários. E esta é a base do desenvolvimento – certamente processual e conflitivo – de todos subsequentes direitos civis, políticos e sociais (...) Fica claro, deste modo, que

a cidadania é a forma política de reprodução do capital e que, por isso, jamais poderá expressar a autêntica liberdade humana.”⁴

Conclusão

É preciso lutar contra o processo de mercantilização da Educação, contra a precarização e direcionamento da Educação em prol dos interesses restritos das empresas e contra a própria mercantilização da educação. Mas, no contexto de crise estrutural do sistema capitalista, isto só pode ter eficácia se avançarmos para uma luta de ruptura com a lógica do capital (lucro e alienação) e pela emancipação humana. Somente com a superação desta ordem social nós poderemos construir uma Educação que dê prioridade para as necessidades humanas e não ao lucro.

No interior da sociedade capitalista, o que podemos fazer, enquanto educadores, é desenvolver métodos de resistência pedagógica e política nas escolas em ações semelhantes a tática de guerrilha. Mas para que essas ações tenham impacto é preciso que estejam interligadas a algo maior: precisamos articular nossa prática educativa cotidiana com os processos de lutas sociais e políticas tendo como horizonte a emancipação humana e, portanto, o resgate da necessidade de uma revolução que instaure o trabalho associado em substituição ao trabalho alienado próprio da atual forma de reprodução social. Em suma, precisamos de uma Educação para além do capital!

Para efetuarmos de maneira apropriada esta conexão e implementarmos uma efetiva resistência, contribuindo (de forma realista) para a superação da sociabilidade capitalista, é fundamental atentarmos para alguns requisitos básicos, postulados por Tonet (2012).

- 1) Conhecimento sólido e profundo da natureza da emancipação humana.
- 2) Conhecimento do processo histórico real em suas dimensões universais e particulares.
- 3) Conhecimento da natureza do complexo social da educação.
- 4) Domínio dos conteúdos específicos a cada área do saber.

Além destes pontos devemos acrescentar: disposição para engajamento em lutas coletivas (que contribuam, de alguma forma, para a emancipação humana) e para enfrentamentos com os representantes das classes dominantes nas escolas.

Qualquer tipo de pretensão de transformar o sistema educacional como um todo por meio do Estado com a intenção de que a educação escolar se volte para os interesses da classe trabalhadora é voluntarismo estéril. Temos de ter claro o limite da Educação e mais ainda da educação escolar em uma sociedade de classes e, particularmente, na ordem social regida pelo capital.

Notas

4 - TONET, Ivo: Educação Contra o Capital. São Paulo: Instituto Lukács, 2012.

O Sentido da Política Educacional na Contemporaneidade

Luciano Accioly Lemos Moreira e Talvanes Eugênio Maceno
Professores da Universidade Federal de Alagoas (UFAL) - Campus Arapiraca

O presente artigo tem por objetivo traçar algumas linhas gerais acerca dos limites da política educacional no Brasil. Tem por pressuposto que a esfera social da política não é capaz de assegurar uma efetiva e substancial igualdade. Entretanto, esse caráter é, no caso brasileiro, acentuado não só pela crise estrutural do capital, mas pela natureza do capitalismo na formação social brasileira. Endentemos, a partir de György Lukács e István Mészáros que a forma assumida pela política educacional no Brasil está em íntima relação com a sua função no seio da reprodução social e com atuais circunstâncias da reprodutividade capitalista, conformando uma política educacional caracterizada pela estruturação de uma educação necessária ao capital em crise.

Não é possível entender a política educacional brasileira contemporânea, sem considerarmos três pressupostos fundamentais, a saber, qual é a função essencial da educação e que forma ela assume na sociabilidade capitalista, especialmente hoje no contexto da crise estrutural do capital? Segundo, qual é a função social da política, vale dizer, seus limites e possibilidades? O que nos remete para última questão, porém não menos importante, quais são as concretas condições de efetivação da política educacional no contexto de uma formação social periférica, de desenvolvimento capitalista hipertardiado e, conseqüentemente, de inserção subordinada e dependente na economia capitalista irremediavelmente global? É forçoso dizer que para análise do objeto em tela nenhum desses elementos podem ser tomados isoladamente nem tão pouco de modo cronologicamente ordenados, visto que se encontram imbricadamente relacionados conformando o chão social no qual a forma manifesta da política educacional se erige.

Por outro lado, fica evidente que dada à natureza estrutural de um artigo, bem como a exigência intelectual para a realização de um trabalho dessa monta, só poderemos aqui enunciar o conjunto de problemas, apontando algumas linhas de raciocínio, ficando para outro momento o tratamento mais aprofundado do tema. Desse modo, corremos o risco inevitável de parecermos esquemáticos e de negligenciarmos algum dos pressupostos em detrimento de outro.

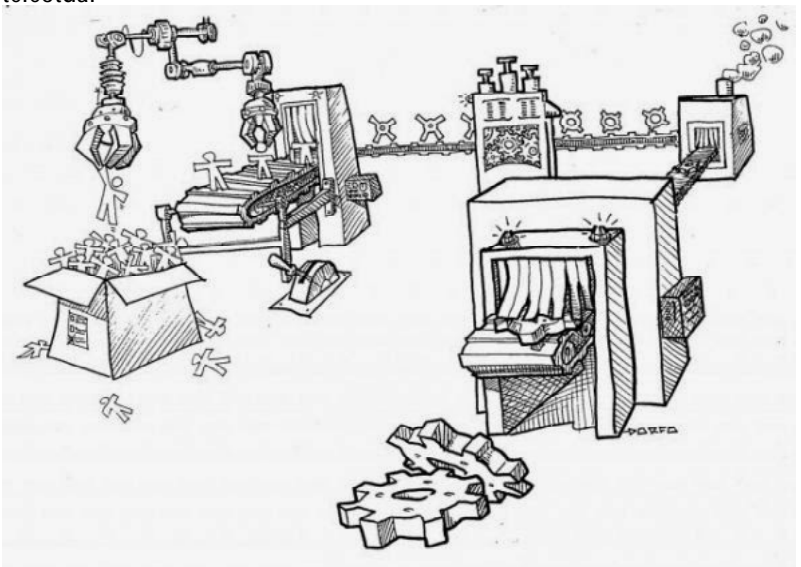
A Educação surge no mesmo processo que origina o ser social a partir do trabalho. O complexo do trabalho, entendido na acepção marxiano-lukasciano como síntese entre teleologia e causalidade, põe em movimento uma série de complexos necessários a sua objetivação. Embora não seja possível datar com precisão

cronológica o aparecimento de cada um dos complexos sociais, em que pese os esforços das ciências paleográfica e arqueológica, algumas dessas esferas sociais surgiram ao mesmo tempo em que o trabalho se tornava a forma do gênero humano responder às suas necessidades imediatas. Lukács categoriza esses complexos como secundários, uma vez que eles só poderiam existir com o ser já constituído. Dessa forma, o trabalho é a atividade teleológica primária, estritamente porque representa o processo pelo qual o homem transforma a natureza em fins sociais, a mediação sem a qual não pode haver linguagem, educação, arte, conforme aponta Lukács (1981, p.4):

“Todas as categorias desta forma de ser [ser social] têm já, essencialmente, um caráter social; suas propriedades e seus modos de operar somente se desdobram no ser social já constituído; quaisquer manifestações delas, ainda que sejam muito primitivas, pressupõe o salto como já acontecido.”

O trabalho é, portanto, a protoforma do ser social, não unicamente porque realiza a necessária mediação entre homem e natureza, mas porque a sua efetivação implica sempre na criação de novas necessidades, as quais os homens devem responder sempre de modo mais social. Neste sentido, o complexo do trabalho põe em movimento a autoconstrução humana, conforme aponta Lukács (1978, p. 5):

“O homem torna-se um ser que dá respostas precisamente na medida em que - paralelamente ao desenvolvimento social e em proporção crescente - ele generaliza, transformando em perguntas seus próprios carecimentos e suas possibilidades de satisfazê-los; e quando, em sua resposta ao carecimento que a provoca, funda e enriquece a



própria atividade com tais mediações, freqüentemente bastante articuladas. De modo que não apenas a resposta, mas também a pergunta é um produto imediato da consciência que guia a atividade; todavia, isso não anula o fato de que o ato de responder é o elemento ontologicamente primário nesse complexo dinâmico. Tão-somente o carecimento material, enquanto motor do processo de reprodução individual ou social, põe efetivamente em movimento o complexo do trabalho; e todas as mediações existem ontologicamente apenas em função da sua satisfação.”

Considerando o exposto, podemos afirmar que as esferas sociais que nas circunstâncias contemporâneas aparecem como “autônomas” têm seu fundamento social na exigência de responder às necessidades naturais de forma ampliadamente humana. A Educação é um dos complexos que tem origem no trabalho e que surge simultaneamente a ele em uma relação de dependência ontológica.

Entretanto, defendemos, na contramão de muitos teóricos, que a relação entre Educação e trabalho é mediada, que a Educação não se dirige diretamente ao trabalho, mas a reprodução social como um todo. Isso está claro em Lukács (1981, p. 22), para ele, **“a sua essência consiste em influenciar os homens a fim de que, frente às novas alternativas da vida, reajam no modo socialmente desejado”**, neste sentido, a Educação enquanto mediadora está presente em todos os indivíduos, ela,

“é uma condição inerente ao processo de trabalho, e por isso constitui-se como uma condição ineliminável da reprodução social. Deste modo, todos os homens têm acesso à educação, do contrário não seriam seres sociais. Todos têm acesso à educação, mas não à mesma educação. Em um dado momento do processo histórico-social, a educação de universalizada passa a ser particularizada. Dois processos desenvolvem-se imbricadamente a partir daí. Por um lado, a educação *lato sensu*, torna-se insatisfatória para garantir a reprodução da sociedade, tendo origem uma modalidade mais especializada de educação, a educação *stricto sensu*. Por outro lado, a educação, tanto em sentido estrito como *lato*, vai assumindo formas desiguais de acesso, e conteúdos cada vez mais socialmente diferenciados.” (MACENO, 2011, P. 52)

Se considerarmos como sendo essa a natureza ontológica da Educação, significa dizer que sua função social é exercida em qualquer que seja a forma de sociabilidade. Nas comunidades primitivas, por exemplo, a Educação contemplava uma série de processos não formais e não autoconscientes de instrução, disseminação de valores e de regras de conduta extremamente necessárias para a reprodução social daquelas comunidades. Se pensarmos na preparação para o trabalho, verificaremos, em desacordo com Saviani (2001, p. 149), que ela não se dava

exclusivamente no e pelo trabalho. Antes o contrário, ou seja, para a realização de atividades como a caça ou coleta fazia-se necessário a apropriação de conhecimentos acerca das propriedades das plantas, sobre os hábitos de determinados animais, sobre preparação e utilização de ferramentas. Tal conjunto de conhecimento, no entanto, teria de ser transmitido anteriormente à própria efetivação da caça e da coleta ou, no limite, de forma simultânea, contudo, tanto em um caso como no outro, a Educação colocava-se como uma esfera que não se confundia com o trabalho.

Ora, se mesmo no momento de mais baixo nível de desenvolvimento das forças produtivas a educação já exercia uma função extremamente mediatizada e distinta do trabalho, o que dizer do seu papel quando os níveis de desenvolvimento são extraordinários, ao mesmo tempo que preocupantes¹. Esse caráter ontológico da Educação é fundamental para entendermos as políticas educacionais atuais. O fato da educação está menos ou mais orientada para a formação do trabalho em determinada conjuntura histórica não altera o fato de que ela é em última instância uma mediação para a reprodução social em seu conjunto. Dito de outro modo, a educação possui o trabalho como fundamento, mas não se reduz a ele. É por mediar a reprodução social como um todo que a educação torna-se uma mediação para o trabalho.

Desse modo, se precisamos entender as políticas educacionais atuais devemos entendê-las tanto no sentido de formação para as novas exigências da reestruturação produtiva e das modificações no padrão de acumulação do capital, mas também no seu papel para a formação em geral, isto é, para o não trabalho.

O exemplo mais evidente de que a relação entre Educação e trabalho é extremamente mediatizada e de que a função social de Educação é de mediadora para a reprodução social da sociabilidade historicamente existente é atual expansão da Educação formal assistida nos países periféricos, especialmente no Brasil. De outro modo, como explicar que número de matrículas na educação básica e no ensino superior cresça numa conjuntura de, nos termo de Mészáros, desemprego crônico?

De acordo com Mészáros, o capital entrou em sua crise estrutural a partir da década de setenta do século passado. Desta época em diante a taxa de acumulação do capital vem decrescendo, embora entremeada por períodos de recuperação. Todavia, no entender do autor, ao contrário de outras crises passadas essa coloca em ativação os limites últimos da reprodução social sob a regência do capital, sobretudo porque antigas estratégias de recuperação da taxa de acumulação ou já estão postas em movimento ou não são executáveis sem implicar a destruição da reprodução social capitalista. Neste primeiro caso estão a taxa de utilização decrescente das mercadorias (que pode chegar incrivelmente a zero, o que ocorre com os armamentos nucleares), a obsolescência programada dos

Notas

1 - MÉSZÁROS, István. 2002, P. 695-700

produtos, a expansão geográfica do capital e a incorporação mercadológica do capital sobre os mais espaços da atividade humana. No último caso o filósofo húngaro cita a guerra mundial, que no passado foi extremamente útil para expansão ampliada do capital. Neste sentido, o modo de produção do capital chega ao seu esgotamento, no qual sua reprodução só pode ser alcançada mediante o acirramento exacerbado das contradições inerentes aos seus limites últimos.

Entre as implicações gritantes desse processo em curso, Mészáros (2002, 216-344) aponta a destruição ambiental (o que implica na destruição das condições de reprodução biológica humana e conseqüentemente do capital), a contradição entre a necessidade incontrolável do rompimento das restrições nacionais ao ímpeto circulatório do capital e a reafirmação da imprescindibilidade do estado nacional, as questões das minorias e a impossibilidade de garanti-lhes uma igualdade substantiva² e, por fim, o desemprego crônico. Este último apresenta-se como o mais implosivo dos efeitos da crise estrutural do capital. Com efeito, assiste-se a maior destruição do trabalho humano, transformando um imenso contingente em pessoas supérfluas para o capital, quer seja enquanto consumidores, quer seja enquanto exercito industrial de reserva, nas palavras do autor:

“A dinâmica interna antagonista do sistema do capital agora se afirma – no seu impulso inexorável para reduzir globalmente o tempo de trabalho necessário a um valor mínimo que otimize o lucro – como uma tendência humanamente devastadora da humanidade que transforma por toda parte a população trabalhadora numa força de trabalho crescentemente supérflua.” (MÉSZÁROS, 2002, p. 341, grifos do autor)

A nosso ver o conjunto de políticas educacionais implantadas, sobretudo a partir do governo de Fernando Henrique Cardoso, mas ampliada no governo Lula e continuadas na gestão de Dilma Rousseff, embora se mostrem na aparência como um conjunto desarticulado de ações não sistêmicas, conforme reclama Saviani, a luz dos pressupostos que trazemos neste artigo ganham um sentido uniforme

É certo que há diferenças substanciais entre as políticas de educação adotadas desde então, mesmo porque elas se referem a níveis e modalidades de ensino distintas, contudo as subjazem princípios norteadores comuns. Via de regra, entre essas linhas norteadoras estão, a perspectiva de ampliação do acesso e da inclusão, a orientação para a

cidadania, a privatização e mercadorização da educação, a precarização e rebaixamento do ensino e a orientação para a formação de competências e para sustentabilidade.

Um dos exemplos significativos da presença dos elementos subjacentes às políticas educacionais conforme descritos anteriormente podem ser visto no Plano de Desenvolvimento da Educação o PDE, conforme sintetiza corretamente Jimenez (2010, P. 12),

“A qualidade evocada nos termos do PDE, corresponde, em última análise, à mais estreita lógica produtivista, ultra-benéfica para o capital, porém devastadora para os trabalhadores, a qual, por exemplo, no âmbito de uma empresa – provavelmente, de todas aquelas que assinam o Plano Compromisso Todos pela Educação – empurra-os uns contra os outros, numa arena de competição desesperada, para o alcance de metas ou cotas, a fim de crescer seus míseros salários com algum benefício extra, ou, no limite, salvar-lhes o emprego. Assim, consoante a essa lógica, nos municípios e escolas, professores e gestores hão de atropelar-se cotidianamente na lida de fraturar a complexa totalidade escolar em metas sobre metas passíveis de medição e controle, a fim de concorrer aos editais que acenam com os diferentes “produtos” exibidos nas prateleiras virtuais do PDE e, assim, tentar alcançar os índices pré-estabelecidos. De fato, o modelo de qualidade vigente requer que as escolas e os municípios, individualmente, pleiteiem sua inserção nos diferentes programas, competindo uns contra os outros, na corrida pelo alcance das metas de desempenho, para evitar sanções, ou, por outro lado, angariar as parcas recompensas monetárias, como aquelas providas pelo Programa Dinheiro Direto na Escola.”

Considerando a natureza ontológica de Educação e a crise estrutural do capital com seu mais expressivo corolário, o desemprego crônico, a ênfase na Educação, como expressão da política, torna-se uma das estratégias de deslocamento das contradições postas em prática. Isto é, a crise estrutural é uma manifestação imanente ao sistema metabólico do capital cuja superação está inscrita no seu próprio fundamento, ou seja, na eliminação do trabalho alienado. No entanto, o capital é incapaz de ver a causa como causa, em decorrência disto e como resposta aos efeitos mais explosivos de sua crise estrutural ele joga para a esfera da política, da subjetividade, das teleologias secundárias o confronto dos problemas, como ressalta Mészáros (2002, p. 220):

“Diante do fato que a mais problemática das contradições gerais do sistema do capital é a existente entre a impossibilidade de impor restrições internas a seus constituintes econômicos e a necessidade atualmente inevitável de introduzir grandes restrições, qualquer esperança de encontrar

uma saída desse círculo vicioso, nas circunstâncias marcadas pela ativação dos limites absolutos do capital, deve ser investida na dimensão política do sistema.”

As políticas educacionais, portanto, nada mais são do que a tradução em diretrizes políticas dos imperativos da reprodução do capital em crise estrutural, ainda que aos gestores esta relação esteja obnubilada. Amiúde ganha forma uma Educação necessária ao capital em crise estrutural, que visa ajustar os sujeitos para as situações impostas pela incapacidade do capital lidar com sua crise, corporificada em teorias pedagógicas e *corpus* legal posta em movimento pelos gestores em todos os níveis, por teóricos pretensamente críticos, pelos professores e pelo mercado do ensino.

Um dos aspectos da **Educação necessária ao capital em crise estrutural** é a transformação exacerbada dessa atividade humana ineliminável em mercadoria, ou seja, o papel que a educação assume enquanto espaço para realização de mais valia. Característica essa, que ganha novos contornos na situação de crise estrutural, uma vez que o capital...

“(…)Em si não passa de um modo e um meio dinâmico de mediação reprodutiva, devorador e dominador, articulado como um conjunto historicamente específico de estruturas e suas práticas sociais institucionalmente incrustadas e protegidas. É um sistema claramente identificável de mediações que, na forma adequadamente desenvolvida, subordina rigorosamente todas as funções de reprodução social – das relações de gênero e família até a produção material e a criação das obras de arte – à exigência absoluta de sua própria expansão, ou seja: de sua própria expansão constante e de sua reprodução expandida como sistema de mediação sóciometabólico.” (MÉSZÁROS, 2002, p. 188-189).

Outro aspecto da **Educação necessária ao capital em crise estrutural** é o de ajuste ideológico à situação de crise. Sem deixar de contribuir para formação geral técnico profissional de trabalhadores simples, complexos e daqueles que exercem função de direção, a educação formal também forma para o emprego temporário e para o desemprego crônico.

Isto porque também é função da Educação, na medida em que ela é uma mediação para a reprodução social, ajustar ideologicamente os sujeitos de forma que eles ajam nas relações sociais de modo socialmente desejado, em conformidade com a totalidade social. A nosso ver, é este último aspecto que explica a expansão brutal das matrículas nos países periféricos, onde a Educação nunca fora universalizada formalmente.

Dessa forma, nas circunstâncias atuais, expandir a Educação formal via sistema educacional público³ ou via iniciativa privada adquire importância fundamental, daí decorre o fato de que as políticas educacionais se orientam

pela ampliação do acesso, inclusão, orientação para a cidadania, privatização, mercadorização, formação de competências e sustentabilidade, difundido a crença na inalterabilidade e normalidade da ordem capitalista, desviando problemas reais para questões morais, abstratas e individuais.

Como já mencionamos de início, não damos conta de tratar, neste espaço, de cada uma dessas linhas norteadoras, o que nos obriga a tomar apenas uma delas como exemplo. Pensemos, com este propósito, no papel que a Educação⁴ joga hoje ao disseminar a necessidade de certificação como forma de assegurar um espaço no acirrado mercado de trabalho. Assistimos a reedição, com nova roupagem, da teoria do capital humano, entretanto, contrariamente ao período de sua maior influência, nas circunstâncias do desemprego crônico.

Há nas políticas educacionais uma ênfase na formação para o trabalho, contudo, a sua referência não é o trabalho rico e criador, mas sim o trabalho em seu cariz mais degradante, o assalariamento. Com efeito, há, por um lado, a redução do trabalho à sua forma abstrata, capitalista e, por outro lado, o rebaixamento da Educação, dirigido-a para a formação voltada ao trabalho em sua forma autoalienante.

Contudo, parece-nos, que diante da competitividade por emprego terá mais chance o candidato de maior formação, porém, o fato dos sujeitos terem mais títulos não altera a inexorabilidade do desemprego crônico, uma vez que ele não é causado pela baixa qualificação do trabalhador como nos quer crer a preleção burguesa. Desse modo, a nosso ver, o discurso da certificação contribui com dois propósitos fundamentais de estimular o mercado de cursos e instituições escolares e de reter por mais tempo os indivíduos fora da demanda por emprego, uma vez que os sujeitos passam a reconhecer em si próprios as limitações que lhes alheiam dos postos de trabalho. Neste sentido a Educação contribui para a reprodução social da sociabilidade do capital em crise estrutural, não em uma relação direta com o trabalho, mas extremamente mediatizada, conforme vimos afirmando.

Ao apontarmos que a expansão da Educação formal associada a perspectivas pedagógicas ideologicamente comprometidas com a ordem do capital e com estratégias mercadológicas e privatizantes estão na base da política Educacional brasileira, queremos afirmar com isso que o acesso a educação vem sendo universalizado de forma precarizada e barbarizada. Como expressão mais degenerada desse processo está o ensino à distância e a formação aligeirada, especialmente nas turmas de Educação de Jovens e Adultos. Detenhamos-nos um pouco sobre o segundo exemplo.

Notas

3 - Mercadorização da Educação também ocorre no interior das instituições públicas. Uma das formas de mercadorização se dá mediante a criação de demanda agregada a partir da educação formal, respondendo por parte preponderante do consumo. Nesse sentido, a criação de programas de livro didáticos e não didáticos, de informatização e de difusão de pacotes pedagógicos, entre outros, são exemplares da mercadorização a que nos referimos.

De acordo com Duarte (1993, P. 1890):

“Quando o processo educativo escolar, na sociedade alienada, se limita ao âmbito da genericidade em-si, ele se reduz a satisfazer apenas os carecimentos dos quais o indivíduo se apropriou de forma determinada pela existência alienada. Quando o processo educativo escolar se eleva ao nível da relação consciente com a genericidade, ele cria no indivíduo carecimentos cuja satisfação gera novos carecimentos de nível superior.”

A partir do autor supracitado, acreditamos que Educação deve perseguir o **ideal** de exercer a mediação **“entre a esfera da vida cotidiana e as esferas não-cotidianas da prática social do indivíduo”**. (DUARTE, 2007, p. 1).
Todavia, conforme mencionamos, isso corresponde ao ideal. Na sociabilidade capitalista essa função da esfera educativa é exercida de forma tão diferenciada quanto é diferenciado o acesso a riqueza material. Desse modo, queremos afirmar que nos marcos do capitalismo as barreiras socialmente construídas à apropriação dos conteúdos que tornam possíveis a realização de, no dizer de Duarte, objetivações genéricas para si estarão irremediavelmente presentes enquanto perdurar o domínio do capital. Com efeito, se já é da natureza do sistema do capital a alienação educacional, na sua crise estrutural esse caráter se aprofunda ainda mais. Isso explica porque o horizonte da escola torna-se cada vez mais o da realização de objetivações genéricas em si, isto é, passam a ter como fim a operacionalização de atividades que não extrapolam a esfera do cotidiano. A nosso ver, essa manifestação é mais visível nas políticas para o ensino de EJA.

Sabemos que há teóricos de EJA sérios e que merecem ser lidos, estes, por sua vez, em sua maioria, se distanciam das posições contidas nas políticas para o setor. A nosso ver, tais políticas procuram otimizar os custos e restringir a evasão mediante a redução do total de hora-aula, em geral diminuídas em um terço. Entretanto, como se não bastasse a redução da carga horária, o que, por si só, já rebaixaria o acesso da classe trabalhadora ao saber científico produzido e decantado historicamente, as poucas horas de aula são, na maioria das experiências, limitadas a práticas cotidianas e a atividades restringidas ao saber não científico, ou seja, nas escolas, de um modo geral e nas de EJA, em especial, vemos a predominância das objetivações genéricas em si travestidas de práticas pedagógicas democráticas e progressistas.



Em uma passagem das **glosas críticas** Marx responde, com a ironia que lhe é peculiar, a seguinte indagação, **“Por que o rei da Prússia não determina imediatamente a educação de todas as crianças abandonadas?”**,

“Sabe o que o rei da Prússia deveria ordenar? Nada além do *aniquilamento* do proletariado. Para educar as crianças, é preciso *alimentá-las e liberá-las do trabalho remunerado*. A alimentação e educação das crianças desvalidas, isto é, alimentação e educação de *todo o proletariado em fase de crescimento, representaria do proletariado e do pauperismo*”. (Marx, 2010, p. 37, grifos do autor)

Ao explicitar a impotência da esfera da política demonstrando a impotência e ineficácia das ações meramente formais, Marx também nós revela nessa atualíssima passagem, datada de 1844, que passados exatos 167 anos só é possível educar efetivamente para além do capital, **“aniquilando o proletariado”**. Em outros termos, enquanto persistir barreiras socialmente construídas ao acesso pleno do saber científico historicamente produzido não poderemos falar em igualdade educacional. A crescente degenerescência e barbarização dos conteúdos não são defeitos e imperfeições, mas a forma de ser da **Educação necessária ao capital em crise estrutural**. Neste sentido, todo enfrentamento ao modelo formativo imposto pela incapacidade do capital lidar com os efeitos de sua crise devem ser combinados com a luta por uma sociabilidade livre do capital, que, como consequência produzirá uma forma não alienada de educação.

Referências Bibliográficas

- DUARTE, Newton. *A individualidade para si: uma contribuição a uma teoria histórico-social da formação do indivíduo*. Campinas: Autores Associados, 1993.
- DUARTE, Newton. *Educação escolar, teoria do cotidiano e a escola de Vigotski*. Campinas: Autores Associados, 2007.
- JIMENEZ, Susana. *A política educacional brasileira e o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE): uma crítica para além do concerto democrático*. Mimeo: 2011.
- LUKÁCS, Georg. *As Bases ontológicas do pensamento e da atividade humana*. In: Revista Temas de Ciências Humanas, nº 4. São Paulo: Ciências Humanas, 1978.
- LUKÁCS, Georg. *Il Lavoro*. In: Per una Ontologia dell'essere sociale. Roma: Riuniti, 1981a, p. 11-131. (Tradução Mimeogr. de Ivo Tonet, 145p.).
- LUKÁCS, Georg. *La Riproduzione*. In: Per una Ontologia dell'essere sociale. v. II, Roma: Riuniti, 1981b. (Tradução Mimeogr. de Sergio Lessa, ccxlvii p.).
- MACENO, Talvanes Eugênio Maceno. *Educação e universalização no capitalismo*. São Paulo: Baraúna, 2011.
- MARX, Karl. *Glosas críticas marginais ao artigo “O rei da Prússia e a reforma social: de um prussiano*. In: Lutas de classe na Alemanha. São Paulo: Boitempo, 2010.
- MÉSZÁROS, István. *Para além do capital*. São Paulo: Boitempo, 2002.
- SAVIANI, Demerval. *Pedagogia histórico crítica: primeiras aproximações*. 8ª ed. São Paulo: Ed. Autores associados, 2003.

Notas

4 - Aqui não de modo exclusivo, haja vista que outras esferas também difundem esses condicionamentos, é o caso da mídia, por exemplo.

Currículo Empresarial, Avaliações Externas, Meritocracia... as Consequências Sobre o Trabalho Docente e a Educação Pública

Claudio Luiz Alves de Santana
Membro da coordenação do Espaço Socialista
Conselheiro da Subsede APEOESP Santo André

Uma das dimensões da mercantilização da Educação é a crescente incorporação dos interesses capitalistas no plano didático-pedagógico da Educação Pública. Essa ingerência crescente na Educação Pública se dá em todos os níveis – infantil, básica e superior.

De acordo com Freitas (2012):

“Este neotecnicismo se estrutura em torno a três grandes categorias: responsabilização, meritocracia e privatização. No centro, está a ideia do controle dos processos, para garantir certos resultados definidos a priori como ‘standards’, medidos em testes padronizados.”

O controle dos processos, nesse caso, se refere aos exames/avaliações/testes externos.

Iremos nos ater à mercantilização da Educação, como resultado da ingerência capitalista, procurando as consequências no trabalho diário dos professores do ensino básico. Ao mesmo tempo, evidenciaremos o currículo empresarial e suas derivações no processo educativo voltado para atender os objetivos das avaliações/testes/exames externos e o processo de meritocracia, que se aprofunda no ensino público brasileiro.

Também, procuraremos expor a intenção empresarial de privatizar a Educação Pública. Ambas as constatações estão intimamente ligadas e articuladas e são inerentes ao projeto educacional do capital assumido pelos governos. É o que veremos a seguir.

Como está se dando a ingerência dos capitalistas na Educação Pública

Essa ingerência dos capitalistas na Educação já ocorria no passado, a partir do Banco Mundial, UNESCO, FMI, OCDE e BIRD. Mas hoje, ela é mais profunda e direta.

Nos Estados Unidos, são denominados de “reformadores empresariais” da Educação, de acordo com a pesquisadora americana Diane Ravitch – a mesma que no passado defendeu os preceitos da Reforma Educacional de Nova Iorque, mas que agora é uma das mais críticas acerca da política educacional pautada nessa reforma, que se disseminou naquele país.

Os interesses capitalistas na Educação Pública hoje, são inúmeros, se entrelaçam e se complexificam. O presidente do Conselho de Governança deste movimento Todos pela Educação é o megaempresário Jorge Gerdau Johannpeter, do Grupo Gerdau, assessor de Dilma como coordenador da Câmara de Políticas de Gestão, Desempenho e Competitividade. Cesar Callegari,

secretário municipal de Educação de São Paulo, que já foi do Conselho de Governança desse movimento, encontra-se também na Secretaria de Educação Básica do MEC.

São grupos empresariais que: (KRAWCZYK)

“[...] chegam de diferentes maneiras, por meio de registros que as próprias fundações empresariais financiam. Eles também chamam ‘especialistas’, consultores, para vir e dar palestras. A comunicabilidade desse grupo empresarial é muito boa, por vários motivos. Primeiro, porque eles têm muita facilidade com os meios de comunicação. Depois, como as elaborações deles são muito simples, são facilmente divulgadas e, terceiro, porque hoje cada vez mais os projetos empresariais estão dentro dos estados e do governo federal também.”

Com suas ONGs, institutos e fundações – Instituto Natura, Airton Sena, Itaú Social, Gerdal, Todos pela Educação, Parceiros da Educação, Instituto de Co-responsabilidade pela Educação (ICE), Instituto Fernand Braudel de Economia Mundial, dentre outros – e a partir de intervenções em conselhos municipais, estaduais e federal de Educação, essas redes de empresários ditam procedimentos pedagógicos, que reestruturaram a Educação Pública e o seu currículo, dando uma dinâmica e funcionamento de acordo com os seus interesses e objetivos capitalistas.

Vejam:

“A fim de contribuir com esse esforço, a Fundação Itaú Social, com a coordenação técnica do Instituto Fernand Braudel de Economia Mundial, iniciou, em 2009, o Programa Excelência em Gestão Educacional, que tem como uma de suas colaborações a publicação de experiências educacionais que, com suas estratégias e ações, possam servir de inspiração para gestores, educadores, empresários e políticos brasileiros interessados em melhorar a qualidade de nossas escolas públicas. [...] inaugurou essa linha de produção de conteúdo e, agora, para contribuir com reflexão sobre as parcerias público-privadas na Educação[...].”

As escolas Charter, em Nova Iorque, são de gestão compartilhada entre o setor público e o privado.

“[...] Possuem muito mais autonomia, pois podem contratar professores não sindicalizados, desenhar

seus próprios currículos e oferecer uma carga horária maior.”

No caso brasileiro, são as parcerias público-privadas na Educação.

Fica evidente que essa suposta bondade por parte dos capitalistas se deve a busca de se apropriar do que é investido na Educação Pública, pois ao mesmo tempo, pressionam os governos pela redução dos gastos do Estado.

Nesse sentido, a Reforma Educacional de Nova Iorque tem sido a base teórica e prática da ingerência privatista na Educação Pública e que merece uma atenção especial, que daremos em seguida.

Esses grupos veem a Educação Pública como um enorme mercado para o setor privado e por meio de venda de apostilas, formação de professores, cursos de gestão, materiais didáticos e de suas consultorias, que levam respostas prontas, interferem diretamente no ensino público, se aproveitando do fato de a Educação ser algo pretendido e desejado por todos.

Outra derivação da Reforma Educacional de Nova Iorque está na experiência originada em Pernambuco e que ampliada nacionalmente pelo Instituto de Cidadania Empresarial (ICE), presidido por Marcos Magalhães, ex-presidente da Philips. O ICE tem atuação conjunta com o Movimento Todos pela Educação, e Parceiros da Educação, atuando agora em outros estados como Pernambuco, Rio de Janeiro, Ceará, Piauí e Sergipe e é responsável pelas Diretrizes do Programa de Ensino Integral do Estado de São Paulo.

No novo Plano Nacional de Educação (PNE), sancionado em junho de 2014, que estabelece 20 metas e 253 estratégias para a Educação e que, de acordo com o governo federal, norteará a política educacional no país no decênio de 2011-2020 – da mesma forma que em 2007, no lançamento do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) – prevaleceram os interesses empresariais em detrimento dos interesses históricos da comunidade escolar.

Isto reforça a lógica geral da Educação Pública, que se insere no projeto do capital para a Educação, pois o PNE viabiliza a ingerência e os interesses do capital.

É claro que isso está vinculado ao momento atual do capitalismo em crise, que vê o esgotamento de determinados espaços de lucratividade e a partir disto, passa a buscar novos nichos de geração e produção de lucros. O mercado educacional tornou-se um desses espaços.

Também há o interesse ideológico por trás dessa ingerência, em que a burguesia procura manter a sua situação de classe dominante e prevenir qualquer retaliação e rebelião por parte dos trabalhadores.

Por conta disso, os procedimentos de aprendizagem são padronizados e direcionados apenas para o conhecimento que serve às empresas e à manutenção da ordem do capital e, quaisquer práticas pedagógicas que questione esses referenciais capitalistas dominantes são combatidas pelos agentes dos governos que estão a serviço desses interesses, desde as Secretarias de Educação até as equipes gestoras nas escolas e universidades.

O Estado brasileiro – com seus governos municipais, estaduais e federal – se utiliza de seu aparato ideológico, do papel de pseudo-harmonizador social e de todo um arcabouço jurídico para encobrir e dar respaldo a esses interesses empresariais, passando a ser o aplicador desse projeto educacional.

Os sistemas de avaliação com suas metas intensificam e burocratizam as tarefas no interior das escolas

Esses grupos empresariais também são responsáveis pela implantação dos sistemas de avaliações externas e indicadores – SARESP, Prova Brasil, Prova São Paulo, PISA, IDEB, ENEM, Enade... – das metas, da política de bônus/mérito e de um currículo que direciona as intervenções pedagógicas e o processo de ensino aprendizagem dos alunos para a realização dessas avaliações externas.

Segundo Krawczyk:

“[...] a multiplicação de avaliações como se isso permitisse controlar a prática escolar e obter melhores resultados. O que acontece de fato é que os professores param de ensinar e ficam a serviço das avaliações.”

O trabalho do professor passou a ser vinculado ao atendimento das metas empresariais e da aplicação dos conhecimentos/conteúdos cobrados nesses exames externos, descolados das realidades dos alunos e professores.

O trabalho do professor, com isso, fica refém dessa finalidade, ou seja, da aplicação do currículo empresarial. Ao mesmo tempo, procura-se responsabilizar os professores pelos rendimentos negativos dos alunos nas avaliações externas e cobra-se dos profissionais da Educação capacitações e uma formação adequada à aplicação da pedagogia privatista.

A formação dos professores voltada a ampliação do currículo empresarial

É por isso que há toda uma campanha midiática que associa os problemas da Educação com a formação deficiente dos professores, e que diz que é necessário capacitá-los. Essa capacitação nada mais é do que direcionar o trabalho docente para a aplicação do currículo empresarial.

Conforme um dos objetivos do ICE

“Prestar treinamento e capacitação aos professores da rede pública, assegurando-lhes o

desenvolvimento profissional necessário ao desempenho plenamente satisfatório de suas funções.”

Ao mesmo tempo em que questionam a formação dos professores, os interesses privados na Educação estimulam a formação de professores via Ensino a Distância – EADs –, o que se expressa na política de formação de professores adotada pelo governo federal.

(MARTINS, 2008)

“Isso fica patente com o projeto de Universidade Aberta do Ministério de Educação que, de forma clara, obedece à melhor tradição capitalista central, diminui os custos e aumenta a produtividade. Isenta o Estado da responsabilidade de criação de instituições de formação de professores, adotando um ambiente virtual para tal tarefa e saltando numericamente nos índices de formação.”

É o que percebemos a partir da análise do Censo da Educação Superior 2013, divulgado em 09 de setembro de 2014, pelo Ministério da Educação (MEC) e pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep).

“Segundo o Censo, mais de 15% das matrículas em ensino superior são em cursos de ensino a distância (EAD). Atualmente, o país oferece mais de 1,2 mil opções nesta modalidade. Há equilíbrio na oferta dos cursos a distância entre os diferentes graus acadêmicos, havendo predomínio da participação das universidades privadas: 86,6% de participação. A licenciatura é o grau acadêmico que mais registra concluintes nesta modalidade de ensino”.

Continua o Censo, no que tange aos cursos de licenciatura, que formam professores.

“O Censo mostra que as matrículas nos cursos de licenciatura aumentaram mais de 50% nos últimos dez anos, um crescimento médio de 4,5% ao ano. Anualmente, mais de 200 mil alunos concluem cursos de licenciatura. Pedagogia corresponde a 44,5% do total de matrículas”.

Esses interesses empresariais transformam os professores em meros cumpridores de tarefas. Para esse professor tarefeiro, não é necessária uma formação intelectual avançada, aprimorada. Nesse sentido, o Ensino a Distância cumpre bem com essa função.

Já nos cursos de licenciatura presenciais, há toda uma dinâmica adotada para que sejam extintos. Mas também há um esvaziamento desses cursos resultante das condições

de trabalho e da não valorização do professor, que veremos adiante. A prioridade no ensino superior público, do ponto de vista da lógica adotada, são cursos produtivos, que atendem aos interesses mercantis.

A ingerência empresarial na Educação Pública aprofunda o controle e o monitoramento do trabalho docente

Esse aspecto vigente – da ingerência dos interesses capitalistas na Educação – avança no âmbito da prática docente, com a adoção de cronogramas – com os dias que cada lição ou atividade deve ser cumprida durante o ano letivo –, com o monitoramento eletrônico do trabalho docente, dentre outros. Os “reformadores empresariais”, querem com isso avaliar o desempenho dos professores na aplicação de seu currículo, além de controlá-lo, nesse caso os professores, ideologicamente.

Dessa forma, passamos a conviver com novas formas de controle do trabalho docente, que estão vinculadas ao processo de informatização dentro da Educação. É o caso do Sistema de Gestão Pedagógica no município de São Paulo, da Secretaria Escolar Digital na rede estadual de São Paulo, e do Sistema de Monitoramento de Conteúdo (SMC) na rede estadual de Pernambuco, sendo bem provável que existam outros Brasil a fora.

Vendidos aos professores como inclusão digital – diante do desenvolvimento das áreas de Tecnologia da Informação –, quando acessamos esses sistemas, verificamos várias outras situações, tais como digitação do currículo, avaliações, frequência, planejamento, notificações... permitindo que o trabalho do professor possa ser visualizado por pessoas que não têm o devido conhecimento do sistema educacional e venha fazer apontamentos ou mesmo críticas, responsabilizando os resultados negativos somente para aqueles que estão na linha de frente na sala de aula.

Para uma escolarização mais ampla é necessário melhores condições objetivas e subjetivas, possibilitando, com isso, níveis de formação – biológico, psicológico, social, cultural, científico, artístico, espiritual e político.

Por trás da política de mérito está a punição e a responsabilização pelos resultados ruins na educação

Os indicadores, com suas metas, introduzem na Educação Pública uma dinâmica de premiação e punição. (FREITAS, 2012)

“Um sistema de responsabilização que envolve três elementos: testes para os estudantes, divulgação pública do desempenho da escola e recompensas e sanções [...]. As recompensas e sanções compõem o caráter meritocrático do sistema, mas não só, já que a própria divulgação

pública dos resultados da escola constitui em si mesma uma exposição pública que envolve alguma recompensa ou sanção públicas. A meritocracia é uma

categoria, portanto, que perpassa a responsabilização.”

É com base nisso que procura-se reconhecer ou não o trabalho do professor.

No Brasil, governos estaduais, municipais e federal, de quaisquer legendas partidárias estão comprometidos com a política de bônus/mérito. Inclusive, o PNE institui a meta 7,36, que aprofunda a meritocracia na Educação Pública brasileira.

Na política de mérito, são valorizados os bons, aqueles que atingem as exigências determinadas pelo mercado e que por isso, devem ser premiados. Por outro lado, os maus, que ficam às margens sem se aproximarem das metas, são penalizados.

Essa relação estanque, entre bons e maus no desempenho educacional, não considera a realidade atual da sociedade capitalista com suas contradições, priorizando apenas o comprometimento individual. O esforço individual passa a se sobrepor ao coletivo.

Porém, por mais que se esforcem, os professores não veem e não presenciam resultados satisfatórios no que se refere ao atingimento das metas. Por esse motivo, muitos ficam doentes e se afastam de suas funções. Para conter essas ausências injustificáveis, do ponto de vista dos “reformadores empresariais”, os governos, agentes diretos destes últimos, adotam uma política de premiação/bônus para diminuir as ausências dos professores e valorizar os melhores. Ao mesmo tempo, fazem toda uma campanha de convencimento com os professores, se apegando numa herança histórica, de sua “missão de educar”, para ganhá-los para sua política.

As cobranças regularizadas por prêmios – bônus/mérito –, visando à diminuição das faltas dos professores e atendimento das metas empresariais, provocam um aumento considerável de doenças profissionais dos educadores, à medida que estes presenciam nas escolas um quadro desalentador, sem valorização e realização profissional. Com isso, o professor em seu trabalho:

[...] nega-se a si mesmo, não se sente bem, mas infeliz, não desenvolve livremente as energias físicas e mentais, mas esgota-se fisicamente e arruína o espírito.” (MARX, 2004, p. 114)

A imensa maioria das escolas brasileiras mais se parecem cadeias, centros de detenção, que não contribuem para o desenvolvimento de práticas e capacidades de refletir, discutir, buscar informações e agir politicamente. São ambientes de controle e contenção social.

Além de uma carga elevada de alunos, deslocamentos para duas ou três escolas para completar sua carga horária, preparação de aulas, elaboração de provas, correção de atividades e pesquisas escolares – isso tudo com um salário miserável – a cobrança diária de elaboração de relatórios, portfólios, juntando-se com isso as avaliações externas, o trabalho do professor torna-se cada vez mais sobrecarregado, controlado e refém desse estado de coisas.

Do ponto de vista dos agentes econômicos capitalistas

e de seus governos, o professor ideal, que atende as exigências do mundo atual, é aquele que se sujeita a essa lógica de trabalho. Quanto mais ele abaixa a cabeça e se entrega de corpo e alma a essas cobranças excessivas, a esse estado de coisas, mais ele se aliena e fica doente. Aprofunda-se com isso, o processo de proletarização do professor. (MARX, 2004, p. 111), demonstra muito bem isso:

“O trabalhador torna-se tanto mais pobre [...], quanto mais a sua produção aumenta em poder e extensão. O trabalhador torna-se uma mercadoria tanto mais barata, quanto maior número de bens produz.”

No caso dos professores, quanto maior for a sua produtividade de relatórios, quanto maior for a sua sujeição e aplicação na implementação do currículo empresarial, mais ele fica doente, pobre de espírito, e se desvaloriza.

Nesse cenário, todos aqueles – pais, alunos e professores – que frequentam e dependem da escola pública, são vítimas dessa política educacional.

Nos Estados Unidos, a Associação Americana de Estatística constatou que:

“[...] o impacto do trabalho dos professores não é superior a 14% e que a maioria das oportunidades de melhoria educacional encontra-se ao nível das condições do sistema.”

Diante disso, não nos resta outra alternativa. Devemos ser contra e combatermos coletivamente com pais, alunos, professores de todos os níveis da Educação Pública e os demais trabalhadores a política de bônus/mérito. Trata-se de um câncer que destrói os vínculos e saídas coletivas, ou seja, têm um caráter desagregador. A competição, a individualização e os valores empresariais viram referenciais a serem seguidos tanto no ensino público como na profissão docente.

Os limites do currículo empresarial

O currículo empresarial adotado no país se contrapõe a uma formação que tenha como objetivo a promoção de aprendizagens significativas e emancipadoras. Estamos presenciando um estreitamento curricular produzido pelo uso intensivo de exames, centrado cada vez mais em leitura e matemática.

Pautada nos Parâmetros Curriculares e nas medidas jurídicas dos governos – portarias, resoluções e decretos – a formação dos alunos deixa muito a desejar, frente à realidade atual do mundo que vivemos.

No ensino médio, com base no modelo pedagógico do ICE, a proposta de ensino de tempo integral implantada em vários estados se materializa nos seguintes pilares:

- **Educação para Valores (EPV):** formar o jovem como pessoa humana, dotado da capacidade de iniciativa (ação), liberdade (opção) e compromisso (responsabilidade).

- **Protagonismo Juvenil:** formação que leve o jovem a atuar “como parte da solução, e não parte do problema”.

• **Associativismo Juvenil:** Proporcionar o surgimento de múltiplas e variadas formas de auto-organização entre os jovens, com finalidades sociais, esportivas, ambientais etc.

• **Cultura da Trabalhabilidade:** fomentar no jovem a compreensão das possibilidades de sua inserção e atuação no novo mundo do trabalho, por meio da elaboração do seu Plano de Vida e Plano de Carreira.

• **Empreendedorismo Juvenil:** estimular no jovem a capacidade de autogestão, cogestão e heterogestão (a gestão hierarquizada, “por outro”, a mais utilizada nas empresas). (www.observatoriodaeducacao.org.br)

Trata-se de um currículo que objetiva uma formação pautada no mérito individual, que empobrece a formação geral dos alunos além de ser uma formação acrítica. Trata-se do projeto empresarial para a Educação Pública que objetiva formar o jovem com uma ideia de que ele pode construir seu próprio futuro.

No que toca ao governo federal, em função dos resultados dos alunos no PISA, este anunciou – e isso foi reforçado pela candidata reeleita Dilma – uma reforma no ensino médio que visa adaptá-lo às exigências do PISA.

Já no ensino fundamental, do 1º ao 9º ano, o domínio da leitura, escrita e das operações matemáticas básicas tornou-se o centro do processo educativo, ou seja, tornou-se a única e principal finalidade. Recordemos, que isso decorre do fato de o processo educativo ser direcionado para o atendimento das metas cobradas nas avaliações externas.

Isso se deve pelo fato de:

“[...] a avaliação sistêmica dos alunos privilegia um currículo que valoriza apenas duas áreas do conhecimento, o Português e a Matemática. [...] as cobranças de desempenho nessas duas disciplinas, a partir do IDEB cresceram e comprometeram a formação mais ampla dos alunos.” (FIDALGO & PASCHOALINO)

É evidente que por trás disso temos uma reestruturação produtiva fruto do momento atual do capitalismo em crise estrutural, que reduz ao mesmo tempo o preço e a remuneração do trabalho, e aperfeiçoa o trabalhador dentro de um regime de contratação temporária, convivendo com o desemprego, o que faz com que muitos alunos tenham que se preparar para o trabalho temporário, para a prática de bicos e trabalhos degradantes.

Mas, além disso, dentro da reestruturação produtiva e o desenvolvimento tecnológico em curso, tornou-se desnecessário para o processo produtivo o trabalhador qualificado. (ASBAHR & SANCHES, 2006, p. 61)

“O trabalhador não participa mais do processo total do trabalho, ficando restrito a uma minúscula ação que deve sempre repetida. Não é mais o homem que dirige a máquina [...], mas a máquina que dirige o homem, controla suas ações, seu tempo e ritmo de trabalho [...], o assalariado torna-se apenas um complemento da máquina e pode ser

facilmente substituído, já que esse processo de produção não requer ampla formação profissional, habilidades específicas ou características físicas diferenciadas”.

É uma formação para um mundo do trabalho que não humaniza, que prepara para a submissão e que conduz os alunos para o conformismo e para a obediência hierárquica.

Pois:

“[...] não só as classes dominantes têm ideais muito distintas das da classe dominada, como ainda tentam fazer com que a massa laboriosa aceite a desigualdade imposta pela natureza das coisas, uma desigualdade, portanto, contra a qual seria loucura rebelar-se”. (PONCE, , 2007, p.36)

Temos que destacar que uma mão de obra mais qualificada pretendida pelo sistema, nesse caso, em um número cada vez mais reduzido, é formada em escolas técnicas públicas, sobretudo, nas escolas técnicas estaduais e nos institutos técnicos federais. Mas, trata-se, como dizemos antes, de um número reduzido diante de uma demanda muito ampla dos trabalhadores e seus filhos.

Manifestações de educadores, estatísticos e pais contrários ao impacto das avaliações externas nas redes de ensino

Nos Estados Unidos, começaram a ocorrer manifestações contrárias à política educacional pautada na Reforma Educacional de Nova Iorque. Em 2014, cerca de 40 mil pais boicotaram testes no Estado de Nova Iorque. Veja o que diz esse pai:

“Acreditamos fortemente na avaliação adequada das nossas crianças, mas a natureza dos testes de alto impacto e a coleta de dados não autorizada tem que parar. Nossos filhos são submetidos a um sistema de tamanho único para todos que se concentra mais em resultados de testes e coleta de dados do que na aprendizagem dos alunos e seu crescimento geral. Os pais estão comprometidos com um plano para chegar a 250.000 boicotes nos testes do Estado de Nova Iorque.” (Eric Mihelbergel, pai e membro fundador do – New York State Allies for Public Education – NYSAPE)

Só esse ano, já ocorreram manifestações em mais de 15 estados estadunidenses, contrárias à política educacional vigente nesse país.

“[...] é particularmente interessante, mostrando crescente conscientização por educadores e pais em mais de 15 estados sobre o problema do excesso de testes, bem como novas medidas para conter o número e a importância dos testes. Na última semana, vimos a nova legislação introduzida no Congresso para reduzir a obrigatoriedade de testes federais, resoluções de conselho escolar pedindo suspensão de testes de alto impacto, mais líderes educacionais pedindo a reforma dos testes, e muito mais.”

É importante ressaltar que há preocupação muito grande por parte de educadores e pesquisadores de vários países do centro da economia capitalista em relação ao processo educativo voltado para atender e melhorar as metas das avaliações externas. Mais de 80 pesquisadores de inúmeros países expressaram grande preocupação com o impacto dos testes do PISA nas redes de ensino, em carta enviada ao diretor do PISA da OCDE. Veja a declaração em: <http://avaliacaoeducacional.com/2014/05/13/pisa-pesquisadores-ao-redor-do-mundo-reagem>.

Como concebemos a Educação Pública do ponto de vista das necessidades dos trabalhadores

Defendemos um currículo cujo o princípio educativo promoverá o desenvolvimento de condições físicas, mentais, afetivas, lúdicas, estéticas do ser humano, capazes de ampliar a capacidade de trabalho na produção de valores e de seu uso em geral. Que busque o pleno desenvolvimento das suas potencialidades físicas e mentais, partindo do princípio de que as necessidades humanas não se limitam apenas às necessidades físicas – alimentação, moradia, vestuário etc – mas que levam também em consideração o lazer, o saber, a arte, a espiritualidade etc.

Pois partimos do princípio de que:

“A realização do trabalho envolve não somente a competência técnica. Para que a atividade se concretize, os meios de produção devem estar à disposição do trabalhador, ou seja, ele deve ter acesso aos objetos e aos instrumentos de trabalho. Para que o trabalho seja libertador, tanto a finalidade quanto os meios de execução devem estar sob o domínio do [...] trabalhador, [...] e o produto do trabalho deve pertencer a ele”. (ASBAHR & SANCHES, 2006, P. 60)

A Educação almejada pelos trabalhadores e seus filhos deve estar ligada à formação para o mundo do trabalho, mas que também proponha ações para concretizá-las em valores criados por ele e que proporcione o acesso ao conhecimento científico e à cultura geral, ou seja, que se aproprie do conhecimento produzido socialmente pela humanidade.

Uma Educação que aperfeiçoe as técnicas do trabalho coletivo para assegurar a todos os trabalhadores uma vida digna, liberta e culta.

Portanto, uma formação humana integral com vistas à emancipação individual e coletiva, no qual através do trabalho educativo, os alunos percebam-se sujeitos e agentes de sua história.

• **Por um sistema de ensino público que possibilite ao trabalhador passar, quantas vezes seja necessário, do trabalho às aulas nas universidades, que defenda exclusivamente os interesses dos trabalhadores e que tenha a emancipação dos trabalhadores como horizonte, desenvolvendo as contradições**

históricas e objetivas rumo ao socialismo.

• **Pelo fim da ingerência de empresas, bancos com suas ONGs, institutos e fundações na Educação Pública!**

• **Pelo controle público e democrático da utilização do dinheiro da Educação, de modo que seja empregado realmente para as necessidades dos professores, alunos e pais. Defesa de 10% do PIB já para a Educação Pública, sob o controle dos trabalhadores!**

• **Pelo fim do currículo empresarial, da meritocracia, das avaliações externas e das metas empresariais no ensino público!**

• **Estatização do sistema de ensino privado, sob o comando dos trabalhadores!**

• **Que os trabalhadores controlem socialmente a Educação Pública!**

• **Autonomia didático-pedagógica frente ao estado burguês!**

• **Por um currículo elaborado conjuntamente por professores, alunos e pais!**

• **Pela autonomia universitária!**

Referências bibliográficas

FREITAS. *Os Reformadores Empresariais da Educação: Da Desmoralização do Magistério à Destruição do Sistema Público de Educação*. 2012.

<http://www.cartanaescola.com.br/single/show/349>

<http://pt.braudel.org.br/publicacoes/livros/modelo-de-escola-charter>

A Reforma Educacional de Nova Iorque: Possibilidades para o Brasil, 2009, p.99)

<http://www.cartanaescola.com.br/single/show/349>

www.icebrasil.com.br

MARTINS. *Formação de Professores e Luta de Classes*, 2008, p.115

www.portalbrasil.gov.br

MARX, Karl. *Manuscritos Econômicos e Filosóficos*

<http://avaliacaoeducacional.com/2014/04/12/declaracao-de-estatisticos-americanos-detona-meritocracia>

www.observatoriodaeducacao.org.br

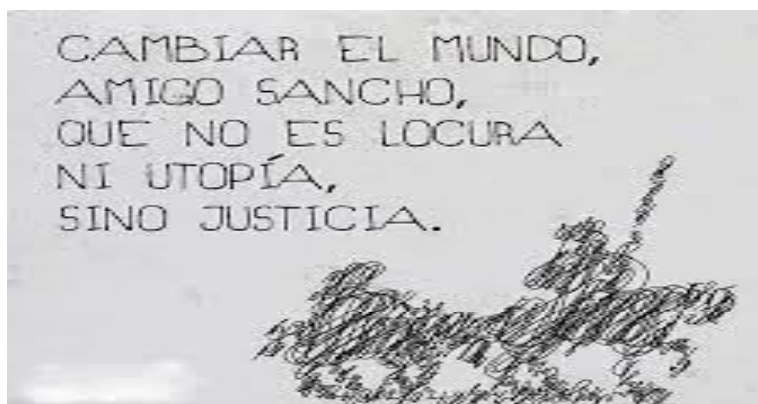
FIDALGO & PASCHOALINO. *A Lógica Brasileira da Avaliação: Impactos no Currículo Escolar a partir do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica*, 2011

ASBAHR & SANCHES, 2006, P. 60. *Transformação Social: Uma Possibilidade da Educação Escolar*

<http://avaliacaoeducacional.com/2014/09/29/usa-declinio-dos-testes-de-alto-impacto>

PONCE. *Educação e Luta de Classes*, 2007, p.36

Espaço Socialista. *Tese Educação Contra o Capital*, apresentada no ENE (Encontro Nacional de Educação)



A Repressão nas Escolas e Universidades e sua Superação

Alexandre Ferraz

Membro da coordenação do Espaço Socialista
Conselheiro da Subsedê APEOESP Santo André

A repressão sistêmica a serviço da exploração/dominação

Reprimir e castigar alguém (moral, física ou economicamente), privando-o da liberdade, da possibilidade de agir conforme a sua vontade, em virtude de não ter o comportamento que se espera ou que é obrigado a ter. O indivíduo sofre repressão porque, em seu comportamento, ataca e perturba a ordem hierárquica pré estabelecida. Mexeu com questões que não estão em discussão; mexeu com interesses que não aceitam ser tocados. Portanto, deve ser punido para não repetir a conduta e, principalmente, para servir de exemplo aos demais.

No entanto, a relação de poder entre o repressor e o reprimido é sempre instável, por mais que se queira passar a imagem oposta. A cada ato de repressão, está posta a possibilidade de reação do(s) reprimido(s). Aliás, o acúmulo puro e simples da repressão tende a fazer estalar mais cedo ou mais tarde a revolta e até mesmo a insurgência, pois a repressão reiterada, por si mesma já indica um estado de não resolução de conflitos estruturais.

Nas sociedades primitivas, não havia repressão sistemática, pois não havia interesses socialmente antagônicos em seu interior. Os interesses gerais do grupo e os interesses dos indivíduos não estavam em contraposição. O trabalho era tão rudimentar que mal era suficiente para manter a comunidade viva. Não havia produção de excedentes. Assim, não havia a possibilidade de alguém viver sem trabalhar

A luta pela sobrevivência fazia do grupo a unidade maior a ser preservada. Havia uma divisão de trabalho natural de acordo com o sexo, as condições físicas etc, mas essa divisão não rebaixava ou superestimava os indivíduos do grupo. A repressão, quando havia, era na maioria das vezes espontânea, informal (por olhares, gestos, palavras) com os casos mais graves decididos coletivamente. Os incentivos também eram informais. Não havia privilégios.

Ocorre que essa mesma sociedade igualitária, pelo seu próprio desenvolvimento, ainda que lento, instiuiu

condições de avanço da produção, até que se operou um salto com a agricultura e a criação de rebanhos, o período neolítico.

Significa que, pela primeira vez, o trabalho (intercâmbio material entre o ser humano e a natureza para produzir os meios de vida e meios de produção) foi capaz de gerar uma riqueza maior que o mínimo necessário para manter as pessoas vivas, mas a quantidade desse excedente, porém, não era suficiente para beneficiar a todos sendo inevitável a luta pelo excedente. Isso leva ao surgimento da propriedade privada, da exploração do trabalho, das classes sociais com a apropriação do excedente pela classe exploradora que, bem menor que a classe explorada, pode viver sem trabalhar, com riqueza para ser investida no desenvolvimento das forças produtivas (equipamentos, ferramentas, estradas, estudo etc.).

Ao longo do tempo, as sociedades de classe desenvolvem as forças produtivas muito mais rapidamente do que as sociedades igualitárias, que dividiam o excedente. Por isso mesmo não sobrava riquezas para ser investido no desenvolvimento das forças produtivas, levando a um estágio quase estacionário.

O resultado é que nas guerras, a sociedade de classes geralmente contava com armas e organização superior, dominando e acabando com as sociedades igualitárias. Desta maneira, tomar suas terras, transformar seus membros em escravos da sociedade de classes e obrigá-los a pagar tributos etc tornou-se tarefa fácil. Junto a propriedade privada dos meios de produção e a serviço de sua defesa, surge o Estado como conjunto das instituições de controle e de repressão que visam manter e conservar a ordem que beneficia a classe exploradora e privilegiada.

A repressão constante e sistemática surge na história a partir do surgimento de interesses sociais antagônicos (proprietários e não proprietários dos meios de produção), e dessa forma torna-se impossível conciliá-los. A primeira forma acabada é com a sociedade escravista (trabalho escravo), bem mais tarde com a sociedade feudal (o trabalho servil), até chegarmos na sociedade burguesa (trabalho assalariado/alienado).

A repressão do capital sobre o trabalho

Na configuração social atual burguesa (capitalismo), o trabalhador não detém os meios de produção. Os instrumentos estão sob propriedade privada da burguesia, que os controla e os utiliza para manter e impor que os

trabalhadores tenham de vender a única mercadoria que possuem, sua força de trabalho.

Ao colocar sua força de trabalho em ação (o que constitui o trabalho em si), o trabalho realizado e materializado em novos produtos atribui ao produto um valor muito maior do que custa a força de trabalho. Esse valor a mais, apropriado individualmente pela burguesia quando vende os produtos no mercado, é a mais-valia. A luta pela apropriação de uma mais-valia cada vez maior faz parte da lógica do capital e é a base da luta entre a burguesia e os trabalhadores. A repressão pela ameaça de desemprego, policial ou mesmo física é inerente a essa relação exploradora e desigual, pois é a única forma de o trabalhador aceitar produzir o excedente e deixar com que fique com a burguesia para aumentar o capital, enquanto ao mesmo tempo vê suas condições de vida só piorarem. A relação trabalho x capital é a base que funda a sociedade burguesa. As demais instituições e complexos sociais estão ordenados de modo a assegurar a preservação dessa relação, inclusive a repressão, seja ela institucionalizada ou não.

Assim, a partir de que a repressão já está presente na relação fundante da sociedade do capital, à medida que os demais complexos sociais estão a seu serviço, a repressão é parte integrante da sociedade como um todo, se espalhando por todos os complexos sociais. Assim, a repressão está presente na família, na escola, na universidade, pois todos esses espaços direcionam os indivíduos a aceitar por bem ou por mal os pressupostos da sociedade e seu lugar nela como classe explorada e submissa, com todas as consequências que advêm dessa relação.

A repressão na Educação

Com, praticamente, a generalização das sociedades de classe, a repressão perpassa a sociedade de conjunto. O surgimento da exploração também trouxe consigo a destruição das formas de organização e de cultura das sociedades primitivas. Com a divisão da sociedade em classe explorada e classe exploradora, a Educação também foi dividida entre a educação da classe explorada e a educação da classe dos exploradores, seus gerentes e agentes.

Vamos aqui pular todas as formas de divisão de Educação em base às classes sociais diferentes que atravessaram a história, remetendo, para isso, o leitor ao excelente livro de Alberto Ponce, *Educação e Luta de Classes*. Iremos direto para as características que revestem a Educação formal no capitalismo e, particularmente, no capitalismo em crise estrutural.

Os trabalhadores recebem apenas um salário, que é basicamente o valor necessário unicamente para se manterem vivos e em condições de serem explorados, assim como a reprodução de seus filhos, que serão a nova geração de força de trabalho.

A qualificação educacional, profissional e

cultural desses trabalhadores é parte da sua força de trabalho e, para o capital, só tem utilidade dentro do quanto o mercado necessita ou não de que tipo de força de trabalho. Isso também varia de país para país, e de período histórico. Um exemplo é que não é a mesma Educação que se dá nos países centrais produtores de tecnologia e nos países absolutamente periféricos, produtores de matérias-primas. Também não é a mesma Educação que se tinha no início da Revolução Industrial a que se tem hoje. No Brasil, por exemplo, a formação de mão de obra é desigual e a precariedade dessa formação predomina nos setores de serviços, uma quantidade bem menor de formação técnica, e uma quantidade menor ainda de formação superior e engenharia.

É muito importante partirmos desse fato para entendermos que a Educação dentro da sociedade de classes não pode permitir a formação de indivíduos críticos e com alto nível cultural, pois significaria um nível de investimento social que simplesmente não interessa ao capital, aparecendo como custos a mais, e sendo apenas em sua menor parte aproveitada pelo sistema.

Pretender uma Educação de qualidade e emancipatória para as massas de trabalhadores somente será consequente se sua premissa for a luta pela transformação dos pressupostos da sociedade. Significando fundar outra sociedade em que sua premissa não seja o lucro, em que a produção seja coletivamente definida e usufruída, em que a formação da Educação e da cultura não objetivem a formação da força de trabalho assalariado, mas como indivíduos produtores livremente associados em que, portanto, quanto maior o conhecimento e a cultura de cada um, maiores os ganhos para todos e vice-versa. Pretender uma Educação de qualidade para todos, sem que se ataquem os alicerces dessa sociedade, significa ou uma utopia ou má intenção de quem a propõe, pois só pode ser a Educação diferenciada para as classes sociais e setores de classe.

A Educação da burguesia como classe exploradora prepara o indivíduo para prosseguir e reproduzir os conhecimentos, a postura, o gosto pela dominação, enquanto a Educação para os trabalhadores tem a finalidade



de prepará-los e reproduzi-los com os conhecimentos necessários ao trabalho, o respeito pela ordem estabelecida e a atitude de submissão perante as autoridades estabelecidas.

Mas isso não se faz tranquilamente. Desde que ocorreu essa divisão/clivagem na Educação, tem havido muitas resistências. Mesmo na burguesia, há resistências das crianças e jovens devido à restrição de todas as características humanas ao papel de dominador, embora mesmo na condição de senhor nas relações de exploração e dominação, com todos os privilégios. Há até aqueles que, em função da participação em movimentos e de um caldo de cultura de um determinado momento, rompem com sua classe de origem. Porém são minoria. Isso porque, por mais problemas que haja, a formação da Educação da classe dominante sinaliza e apresenta muito mais atrativos do que a formação da classe dominada. Além do que, a própria condição social de classe dominante vai formando os indivíduos de modo a se perceberem como tendo um papel social relevante e com vários privilégios e atrativos diante de um mundo que não se vislumbra como possível de ser diferente. Isso tudo faz com que a Educação formal dos indivíduos da classe dominante, embora também permeada pela repressão, seja muito mais tranquila, com



menos choques contra os processos de repressão.

Já na classe trabalhadora, a resistência é muito maior e aberta, pois a restrição/eliminação das potencialidades humanas – àquelas características necessárias à condição de classe dominada vendedora da força de trabalho e ainda nos parâmetros e quantidade ditados pelo próprio capital – é um processo extremamente violento e que precisa destruir ou impedir que se desenvolvam uma série de características que fazem parte da essência mesma do ser humano: o desejo de ter suas necessidades satisfeitas, as relações de cooperação, a espontaneidade, a criatividade, as relações afetivas, a sexualidade, o raciocínio próprio, o questionamento etc. As características valorizadas passam a ser a subserviência, o comportamento de submissão e aceitação das ordens, a rotina e repetição das tarefas, o conformismo com a realidade, o individualismo, o

disciplinamento e a contenção das vontades e necessidades em prol de orientações recebidas de outros hierarquicamente superiores etc. Como recompensas, apenas promessas vagas e que cada vez mais soam como mentiras.

Além disso, quanto mais a humanidade avança para o aumento da produtividade, e dessa forma em condições de propiciar o acesso a um nível de riqueza social e coletiva extraordinário – visível nas propagandas e nas lojas –, contraditoriamente, mais o sistema do capital impõe a redução das perspectivas de vida das amplas massas, e de formação cultural e educacional, devido à sua necessidade de reduzir cada vez mais o custo da força de trabalho e aumentar os lucros do capital. A formação necessária é a formação adequada à sua condição como força de trabalho. O resto é supérfluo e até prejudicial, pois representaria mais investimentos para o Estado, que nos tempos atuais de crise estrutural precisa destinar somas cada vez maiores para remunerar o capital e assim sustentar sua lucratividade.

Assim, a formação da maioria dos indivíduos como força de trabalho entra em contradição aberta com sua condição humana, e essa contradição nos dias atuais atinge patamares terríveis. Esse processo, portanto, é profundamente desumanizador e não pode se fazer sem choques constantes e explosões cada vez mais violentas.

Veremos abaixo como esse processo de desumanização se concretiza nas instituições escolares, com acirramento cada vez maior.

O papel da Educação Pública no capitalismo em crise estrutural e a repressão

Na modernidade (sociedade burguesa), vemos a necessidade de criação de instituições específicas para a Educação das massas de trabalhadores, particularmente para o mercado de trabalho, e depois para a aceitação das regras de cidadania (aceitar viver dentro dessa sociedade, com a exploração, as classes sociais, o estado burguês etc.).

O papel da Educação no capitalismo, e ainda mais em Crise Estrutural, como analisado no segundo texto dessa revista, reflete o estreitamento violento das margens para conquistas e melhoria de vida dos trabalhadores. Mesmo com diferenciações entre países, os trabalhadores do mundo todo vivenciam o ataque às suas condições de vida e de ser humano, a perda de direitos e de poder de compra real, a sobrecarga de trabalho, o desemprego de outros, o endividamento, a instabilidade, a violência policial ou de grupos do crime etc.

Com o aumento da competitividade, o trabalhador é incentivado a ser um empreendedor de si mesmo, mascarando sua condição de assalariamento, a convivência com a instabilidade, para acreditar que pode encontrar um lugar melhor no mercado de trabalho se for mais capaz que os outros.

O sucesso de alguns parece confirmar essa

possibilidade, ao mesmo tempo em que culpabiliza os demais por sua baixa formação. Toda essa ideologia começa e se desenvolver na escola.

Com a Crise Estrutural do Capital, temos o salto dessa realidade, pois a Educação (salvo de setores muito restritos das classes média e burguesa) não pode mais ser considerada um meio que propicie garantia de ascensão social. O estudo passa a ser um dos componentes, assim como a pro-atividade, a capacidade de iniciativa (dentro dos interesses da empresa), de resolver problemas (nos marcos da lucratividade da empresa), de vestir a camisa e se inserir nos planos da empresa etc. Mesmo assim, não há garantias e o trabalhador deve estar preparado para mudanças, tanto em sua atividade laboral, como em sua personalidade, aceitando a instabilidade e mudança como parte de sua vida. O imediatismo cresce.

Por um lado, a Educação passa a incorporar esses elementos que a tornem mais e mais adaptada às necessidades do mercado de trabalho flexível, seletivo e hierarquizado. Por outro, há que se ver o que fazer com setores mais pauperizados que terão muito mais dificuldades de conseguir se inserir no mercado de trabalho cada vez mais competitivo e com menor remuneração.

Assim, as pessoas precisam estar dispostas a desenvolver outras formas de atividade de trabalho que, disfarçadas de muitos rótulos, escondam a precarização, os baixos salários, a falta de direitos, a superexploração e, além disso, o reforço da dominação para que, uma vez submetidos aos efeitos da sociedade e de sua exclusão, direcionem suas demandas por dentro das instituições. É aí onde o papel da escola se aprofunda como mais uma forma de dominação ideológica de classe.

Por último, a escola como papel de contenção social das crianças e da juventude, aliada ao não investimento nas condições de ensino e aprendizagem tem de levar a formas de confinamento de crianças e jovens, a fim de que assim não deem problemas para o funcionamento do consumo e do mercado. O caráter assistencial e de ONG das escolas é cada vez mais pronunciado, com projetos meramente assistencialistas e de amortecimento das consequências dos problemas sociais.

A medida que, tanto os conteúdos, como os espaços e as abordagens e finalidades da Educação não satisfazem às necessidades da maioria dos jovens e tendem a levar a reações (organizadas ou não), o sistema reage com o aumento da repressão. Daí o aumento da repressão nas instituições de educação formal/estatal.

Em geral, o caráter de classe da repressão escolar ou universitária fica encoberto, passando a ideia de que trata-se de uma preservação da ordem contra algumas pessoas más, desordeiros, que não querem estudar e ainda por cima querem atrapalhar os demais. O quadro geral social e escolar é descartado nessa análise, pois não pode ser questionado.

Na Educação formal pública, mas mesmo na Educação privada, a repressão cumpre papel central,

justamente pelo que foi dito acima: trata-se de inculcar nos indivíduos da classe os comportamentos e formas de pensar condizentes à sua condição social de classe.

As escolas como espaços de confinamento, controle e repressão de alunos e professores

Aqui ao contrário do que se poderia imaginar, têm se tornado cada vez mais importantes para o sistema do capital, mas de modo a cumprir papéis diferentes e até mais complexos do que no passado. No marco de um sistema do capital em crise estrutural, a situação fora das escolas está cada vez mais caótica e violenta. As contradições sociais se intensificam, a crise social se torna crônica, permanente. Isso abre brechas no sistema de dominação que, se não forem contidas, podem levar à perda do controle do capital e do estado sobre os trabalhadores e oprimidos em geral. O sistema precisa reforçar os mecanismos de controle e repressão e, dentro disso, entram as escolas.

As escolas atuais são cada vez mais espaços de confinamento, controle e repressão das crianças e adolescentes, em um mundo isolado, à parte do funcionamento da produção, da moradia etc., de modo que se possa ter um enquadramento e a introjeção e “treinamento” em base aos valores, práticas e estruturas que os alunos encontram e encontrarão fora da escola. Assim, ao invés das condições propícias a um ensino e aprendizagem de qualidade, há um ambiente propício ao controle e à repressão.

O aumento da rigidez nos horários de entrada, a não permissão de entrada em caso de atrasos, a não permissão de saída a não ser no fim das aulas, indicam sua primeira função que é um espaço de confinamento das crianças e da juventude, cujo destino é traçado logo no início de sua vida. O sinal da escola imita o sinal da fábrica. Ali a criança e o jovem serão preparados para ser força de trabalho precária e temporária que o sistema necessita. Os poucos que escapam desse destino são a exceção que confirma a regra geral.

A divisão dos espaços escolares também indica isso, os alunos ficam restritos às salas de aula, podendo ir ao pátio apenas nos horários de intervalo. Ficar no pátio em horário de aula acarreta punição. As equipes gestoras, direção, vice-direção e coordenação têm livre trânsito em todos os espaços, chegando ao cúmulo de interromper as aulas, às vezes sem nem pedir licença. Seu papel de vigilância e punição dos alunos e professores fica evidente.

Os pais são atendidos nos espaços da direção ou da secretaria, não adentrando nem participando do ambiente das aulas e do que acontece na escola.

As condições escolares também são projetadas para facilitar o controle e a repressão. Vejamos a ordem das carteiras (em fila), a posição do professor (de pé de frente para os alunos). Há salas que contam com um piso mais alto para os professores ficarem acima dos alunos.

O número de alunos 35 a 40 por turma como forma de diminuir os gastos de Estado com a Educação Pública ao menor número possível, induz a esse ordenamento, pois é a única maneira de manter os alunos dentro de uma sala e sob controle.

O controle da permanência dos alunos dentro da sala de aula se torna uma obsessão das equipes gestoras e dos funcionários de corredores. Professora boa é a que controla sua turma e não deixa ninguém sair. O aprendizado dos conteúdos vem depois, de modo a desenvolver apenas algumas habilidades mínimas. Há casos de orientações (embora não escritas) de direções de escola no sentido de que professores limitem a ida dos alunos ao banheiro. A saída dos alunos das salas e sua circulação nos corredores ou nos pátios é vista como o problema central a ser coibido no funcionamento das escolas e como falta de domínio de sala de aula pelo professor.

Novamente a redução ao menor gasto possível leva a que o número de funcionários não seja suficiente para cuidar dos alunos nos corredores e pátios, tarefa que é então atribuída aos professores: "Lugar de aluno é na sala de aula."

Para garantir e realizar seu "principal papel", os professores não podem deixar as salas, sob pena de também responderem por isso. Muitos colegas se privam de ir ao banheiro durante as aulas, pois podem ser repreendidos. O papel do professor é estar em sala de aula tomando conta dos alunos.

As ações da direção e até de alguns professores também se voltam contra atitudes críticas dos alunos, até mesmo quando resolvem se organizar seja em Conselhos de Escola, Grêmios ou Comissões de Alunos. Vemos que são punidos com faltas nas aulas, chamado aos pais, advertências e suspensões por irem além dos limites impostos.

A repressão vem se agravando também com a instalação de grades, que limitam o direito de ir e vir dos alunos, câmeras nos corredores e agora também nas salas de aula. As equipes gestoras não pretendem mais sequer se dar ao trabalho de entrar nas salas de aula. Agora querem ter acesso a tudo o que acontece na aula diretamente de sua confortável sala. Há escolas em que há, além de câmeras, interfones por onde tanto alunos como professores podem ser repreendidos e chamados à direção. Imagens de aulas de professores podem ser usadas para expor e corrigir suas posturas perante os demais colegas, alunos ou pais, possibilitando ser usadas para punir e ameaçar professores.



Além disso, é uma forma de responsabilizar o professor pela conservação do patrimônio e possíveis desavenças e brigas entre os alunos. É uma maneira de controlar e exigir cada vez mais que os professores não sejam de fato professores, mas cuidadores.

O argumento mais utilizado para a instalação das câmeras nos corredores e salas de aula é que aumenta a segurança. Uma falácia, pois, via de regra, são os professores os responsabilizados por qualquer problema na sala de aula. A posição mesma das câmeras (geralmente focalizando a lousa e o professor) denuncia sua finalidade principal. Trata-se de uma falsa segurança, afinal as câmeras podem até inibir a violência dos alunos, mas apenas num primeiro momento e dentro daquele espaço. Em contrapartida, a revolta e violência tendem a aumentar e serem direcionadas para outros espaços e momentos como o pátio, banheiros, estacionamento, saída da escola, ruas etc. Tem aumentado os casos de professores e alunos assaltados e até mortos na saída ou imediações das escolas e das universidades.

Alunos com comportamentos "não aprovados" também podem ser punidos. Há relatos de direções e equipes gestoras que, depois de assistirem a cenas nos monitores em suas confortáveis cadeiras, vão até as salas de aula e – às vezes até sem pedir licença – interrompem as aulas para chamar a atenção de alunos ou mesmo de professores.

Outro aspecto é a quantidade cada vez maior de trabalho burocrático que os professores têm que desempenhar. Correção das avaliações externas, tabulação dos resultados, preenchimento de gráficos e planilhas, relatórios dos alunos com notas abaixo da média, digitação de todos esses dados em sistema, mesmo que não se tenha tempo, nem jornada e nem recursos para tanto. Mais do que somente o aspecto burocrático substituindo o papel de professor, temos o aumento do controle e da repressão com vistas a mapear e punir os professores que não consigam ou não mascarem os resultados que precisam ser apresentados em termos de aprovação de alunos e rendimentos.

Como parte dos mecanismos de coerção e repressão, não podemos esquecer do assédio moral. O assédio moral é uma prática cotidiana e por certo tempo (o tempo mínimo

mais aceito pelos juízes para caracterizar o assédio moral é de pelo menos seis meses), sempre do nível mais alto de hierarquia para o mais baixo, em que as direções ou coordenadoras expõem, chamam a atenção ou ridicularizam professores diante dos colegas, impõem tarefas e horários impossíveis de cumprir, prejudicam direitos individuais. O assédio moral é muito grave, pois visa a abalar a estrutura psíquica de modo a quebrar a resistência dos trabalhadores.

Mas o coroamento da repressão educacional é o aumento da presença permanente da polícia no interior das escolas e universidades. As consequências são as mais preocupantes, pois policiais armados no interior das escolas e universidades, a partir do alto nível de desgaste e enfrentamento cotidiano da polícia, só pode levar a mais tensão dentro desses estabelecimentos. A repressão policial também pode e com certeza irá se tornar mais um fator de repressão dos próprios professores, pois a qualquer questionamento, a direção pode resolver chamar a polícia para intervir contra os professores em momentos de qualquer acirramento.

A repressão à diversidade racial, sexual e de gênero na escola

Um fato que tem sido negligenciado pela esquerda: a discussão relacionada ao respeito às diversidades. A escola lida com indivíduos em formação e, com o reacionarismo e a repressão se tornando cada vez mais presentes nas práticas pedagógicas, é visível o comportamento explícito de repressão à sexualidade, gênero e raça de muitos alunos, com o apoio da mídia e do Governo.

As escolas têm uma estrutura cisheteronormativa. Não disponibilizam aulas de educação sexual, e quando disponibilizam, só abordam relações heterossexuais, não abrangendo a todos/as e não combatendo a homofobia, bifobia, lesbofobia e panfobia. Não respeitam a identificação de gênero, sendo sempre transfóbicos e binários em seus discursos e materiais didáticos. Quando há algum (a) aluno(a) trans, é excluído e não é tratado por seu nome social, passando por situações humilhantes. Não há de fato o Estado Laico, e muitas vezes preconceitos são ministrados por meio da religião de professores e direções que se demonstram intolerantes, querendo impor “seus” princípios morais e religiosos.

Quanto à questão racial, o material didático tem como base a história Europeia. Foi implantado no currículo do Estado de São Paulo a Lei n. 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que propõe aulas voltadas à discussão da cultura afro-brasileira e africana, mas isso não tem sido garantido nas escolas.

Pedagogia da repressão e os conflitos professores-alunos

Diante desse quadro de repressão, temos as reações: geralmente das formas mais imediatas e contra os aspectos físicos mais próximos. As (os) alunas (os) quebram as portas das salas de aula, os portões que os impedem de sair, as cadeiras e carteiras, danificam as lousas, destroem as mesas

dos professores, picham as paredes, estouram bombas etc. Os professores, por sua vez, apelam para atrasos, faltas e muitos não aguentam e ficam doentes. Também há a negativa em implementar projetos que sobrecarregam ainda mais o trabalho docente. Como nenhuma dessas formas de protesto se focam nas causas dos problemas, o quadro se torna ainda mais caótico, e novas medidas de repressão são tomadas, o que vai acirrando ainda mais os conflitos dentro das escolas.

A relação professor-aluno nesse contexto não poderia ser pior: como os professores são pagos para trabalhar e ensinar de acordo com os programas do Estado, com seu currículo, avaliações externas e bonificações apenas para os que atingem os índices, a pressão para o cumprimento das metas é cada vez maior e sufocante.

A pedagogia que passa a vigorar e que é cada vez mais incentivada pelas Secretarias de Educação – ainda que de forma não oficial – é a pedagogia dos resultados, não importando o que se faça para atingi-los. Os procedimentos de treinamento repetitivos de preenchimento de testes de múltipla escolha (simulados), a individualização dos alunos e professores são exemplos de práticas para as quais as Secretarias de Educação fazem vistas grossas. O que menos importa é a realização dos alunos e professores na atividade educativa.

Com os salários desvalorizados, os professores acabam assumindo dois cargos, duas redes, dois empregos. Além disso, falta tempo remunerado na jornada para preparação e correção de atividades. Essa sobrecarga de trabalho dificulta/impede a preparação de aulas atrativas. As aulas são padronizadas pelos caderninhos ou apostilas enviadas pelo estado e toda a estrutura escolar é extremamente maçante.

A situação dos alunos é de alienação, de quem não aceita o que existe, mas não sabe como reagir de modo a transformar a realidade.

O choque entre o que se cobra dos professores em oposição às necessidades reais dos alunos num contexto de precarização geral faz com que as aulas se tornem espaços de conflito aberto entre os professores e os alunos

Os casos de violência, em grande medida, expressam essa tensão crescente entre as diretrizes e pressão do estado na figura dos professores versus alunos desmotivados e alienados da importância do conhecimento, pois suas próprias condições de vida o privam da vontade de aprender. Como pano de fundo, temos a decadência cultural visível em uma sociedade e em que o único tipo de conhecimento valorizado é aquele que pode render dinheiro e no imediato.

Professores: o que somos e o que seremos?

Aqui é importante fazermos um parêntese para indagarmos: qual é o caráter de classe dos professores? São trabalhadores comuns? São uma espécie de classe média? São os dois? Essa questão sempre foi tratada com superficialidade pela esquerda, que via de regra trata os professores simplesmente como trabalhadores comuns pelo fato de serem assalariados e nos últimos anos pela precarização do salário, das condições de trabalho e das formas de contratação temporária. Isso é parte importante da verdade. De fato, há todo um processo de proletarização dos professores que é visível.

Mas queremos chamar a atenção para um outro lado, que geralmente fica encoberto e que, para o assunto que estamos tratando nesse artigo, é muito importante: qual é o papel que os professores cumprem e são pressionados a cumprir neste sistema educacional dentro de um capitalismo em crise estrutural, com características de cada vez mais controle, reprodução ideológica e confinamento?

Ao nosso ver, os professores são profissionais assalariados cuja função estabelecida é a de agentes do estado perante os alunos. Somos os agentes escolares principais, por onde o estado realiza o controle, a inculcação dos valores e ideologias burguesas nos alunos, o assistencialismo combinado com a repressão destes. Esse aspecto repressivo do papel cobrado dos professores tem ficado mais encoberto, pois parece básico que, para que haja conhecimento tem que haver disciplina e, portanto, ela seria neutra e pré-requisito necessário ao conhecimento sobre o qual não se há o que discutir, sob pena de sermos permissivos com os maus alunos. Assim, a repressão ocorre em princípio em defesa do conhecimento abstrato.

Nessa abordagem, bem ao estilo do senso comum, o caráter de dominação e controle do processo de conhecimento, seus conteúdos e metodologias fora do contexto e contra as reais necessidades dos alunos não são questionados, mas deixados de lado. Quando os problemas de disciplina se agravam, a tendência imediata é apelar para o aumento da repressão. Mas precisamos entender que vários elementos da realidade social dos alunos, como suas condições de moradia, trabalho,

condições familiares, cultura, assim como a precarização dos recursos e das aulas, a imposição dos conteúdos e atividades utilizadas são profundamente desumanos, e que a realidade dentro e fora das escolas estão interligadas de várias maneiras exercendo influência no envolvimento dos alunos e, por conseguinte, na sua disciplina na aula.

Entre a repressão e a busca de união entre professores, alunos, pais e demais trabalhadores

Combater a repressão não é uma tarefa simples, envolve um enfrentamento diário no aspecto da disputa ideológica, pois a repressão se apoia no senso comum de que é preciso disciplina para que haja aprendizado, que as atitudes de revolta são prejudiciais e não possuem qualquer justificativa. O ambiente repressivo da escola é naturalizado e as reações às relações hierárquicas são vistas simplesmente como desordem, bagunça, a revolta descarregada contra os equipamentos, a estrutura escolar e seus funcionários. É vista como vandalismo, e não como uma manifestação, embora não consciente e organizada, contra uma situação de desrealização dos alunos.

Cada vez mais é cobrado dos professores um papel de agentes mais e mais repressores do sistema escolar. Aqueles que se recusam a cumprir esse papel também tendem a ser punidos e reprimidos por sua vez. A estrutura de repressão também funciona sobre os professores e cada vez mais. Por outro lado, as condições para exercer essa repressão são cada vez mais complicadas, pois enfrenta-se com um quadro de agravamento dos problemas sociais e da violência juvenil que, muitas vezes sem perspectivas de mudança de projeto alternativo de sociedade, cai no enfrentamento direto com os demais alunos ou com os professores.

Assim, os professores sofrem a violência tanto do Estado como o revés dos alunos, pois exercem não apenas a tarefa de reprodutor do conhecimento não atrativo, não contextualizado e em condições extremamente precárias de trabalho, mas também têm que aprofundar o papel de agentes de repressão do estado sobre os alunos. Isso gera um contexto de agravamento da violência, que é sentida diretamente por ele na sala de aula, pois é quem está diretamente em contato com os alunos precarizados e com as péssimas condições de trabalho.

Tudo isso tem agravado, não apenas a sensação de desrealização dos professores como agentes de transmissão/problematização do conhecimento que não se realiza, como também a perda total do sentido da profissão e para muitos até mesmo do sentido de vida.

A saída para essa questão não passa por mais e mais condições de repressão de alunos e pais, como querem fazer crer as diretorias de ensino, direções escolares e setores conservadores e de direita da sociedade. A saída passa pela discussão e enfrentamento



das causas dos problemas sociais, educacionais e escolares de fundo, e que na maioria das vezes ficam encobertos.

O papel dos professores críticos é justamente ir contra o senso comum, provocar, mesmo com todas as dificuldades e contra a maré reacionária, e trazer à tona os verdadeiros motivos do aumento da violência e dos problemas escolares, assim como apontar formas de unidade e luta pelas verdadeiras condições sociais e escolares para que a Educação possa ter sentido.

Há estudos que mostram que mais de 60% dos problemas que ocorrem nas escolas têm suas raízes fora dela. Os outros 40% são devido ao sistema educacional e sua função de controle, doutrinação e repressão, com um funcionamento ao menor custo possível para impor o confinamento, o controle e a repressão. Não há investimento em salários, na carreira dos profissionais da Educação, nem na jornada de trabalho, tão pouco nas condições de vida e de perspectiva dos estudantes. Privilegia-se o pagamento dos juros e amortizações da Dívida Pública: mais de 1 trilhão de reais por ano, ao invés do investimento na Educação e demais serviços públicos.

Defendemos uma Educação sem grades nem câmeras, para que possamos nos formar seres pensantes, na intenção de romper com o sistema capitalista que impõe seu domínio ideológico e repressivo. Desejamos que todos os jovens possam desenvolver o seu intelecto e também suas habilidades manuais, mas de forma que não seja voltado para a exploração. Que a escola não seja uma prisão opressora, queremos liberdade, para que não tenhamos medo de reconhecer nossa identidade e nos aceitar. Defendemos os educadores e sua valorização, repudiamos todo ensino militar conservador e reacionário.

Propostas a partir de experiências que já estão em curso

No quadro acima analisado, os problemas de cortes de verbas, precarização das condições de trabalho e de aprendizagem, tendem a se fazer sentir diretamente nas escolas e universidades. É lá onde aparecem as consequências concretas da aplicação de todos os programas governamentais.

Por isso, a primeira necessidade é a da organização nas estruturas de base, sejam as escolas, universidades, bairros etc. Mas essa não tem sido a prática das principais correntes de esquerda. A relação que predomina é apenas da construção do partido ou corrente sindical/estudantil às custas e muitas vezes contra a construção do movimento, sabotando ou mesmo destruindo aqueles espaços ou iniciativas que não estão diretamente a serviço da construção dessas correntes.

Também precisamos superar o modelo de lutas limitadas por categorias que prevalece na maioria da esquerda e nos movimentos em geral, e que encontra-se absolutamente arcaico tanto em relação às necessidades como aos

Hoje, é cada vez mais necessário que cada luta avance imediatamente para a unidade com todos os demais setores dos trabalhadores, e consiga que as demandas sejam assumidas coletivamente por setores cada vez mais amplos da classe trabalhadora e setores da classe média em crise

movimentos que vivenciamos a partir de junho de 2013.

Defendemos reuniões e formação de comissões de alunos, professores e pais nas escolas públicas, com o objetivo de discutir e organizar a luta por demandas como falta de equipamentos, reformas dos prédios escolares, por mais verbas, contra a implementação dos programas governamentais de privatização do ensino, contra o autoritarismo das direções escolares, o aumento da repressão, grades e câmeras dentro das escolas etc.

A formação de grêmios livres de luta também é parte importante dessa estratégia, sempre tomando cuidado, com a cooptação por parte das direções de escola. Também a participação dos professores, alunos e pais nos órgãos colegiados das escolas e a cobrança por sua democratização e funcionamento reais.

Outra iniciativa muito importante é incentivar reuniões conjuntas de professores e alunos para discutir e preparar atividades educacionais e projetos que rompam com os limites dos currículos oficiais, buscando despertar o senso crítico e a mobilização dos alunos em torno de temas fundamentais como: trabalho e exploração do trabalho, moradia, transporte, cultura, gênero, raça, sexualidade e prevenção etc.

Nas universidades, as lutas se colocam contra as consequências do REUNI, que pela expansão das vagas mas sem investimento proporcional tem levado à falta de equipamentos nos laboratórios, aumento do custo ou falta das refeições nos RUs, falta de moradia para os estudantes etc. A entrada das empresas em parceira com as universidades coloca em questão o currículo, pois o conhecimento se volta totalmente para os interesses das empresas. A luta contra a PM dentro das universidades também é fundamental, pois cada vez fica mais nítido seu caráter de repressão dos movimentos e diversidade nessas instituições.

Outro ponto é a unificação com as demais categorias: defendemos o trabalho com cartas abertas em estações e terminais, bairros e fábricas, campanhas pelas redes sociais, circulação de carro de som. Os sindicatos da esquerda devem ter o compromisso de divulgar em seus jornais e boletins os problemas e lutas da Educação e da Saúde públicas, transporte etc., pois é de interesse de todos os trabalhadores.

É preciso buscar de todas as formas a confluência dos calendários de luta e de mobilização, no sentido de uma

Jornada Nacional de Lutas da Educação Pública. Sabemos que não é uma tarefa fácil, pois a maioria dos sindicatos da Educação são ligados ao governismo. Mas há vários setores de oposição, e além disso há também os DAs, CAs e DCEs, comissões e grêmios capazes de promover uma mobilização nacional pela Educação Pública e gratuita de qualidade para todos!

A batalha pela unidade e fortalecimento das Oposições pela base e para lutar. Todos falam em unidade mas na hora da disputa por cargos, a unidade cessa. E o pior é que essa disputa é feita longe e de forma alienada da base.

Defendemos que haja Plenárias Unitárias dos vários setores de oposição, composição de chapas em base a convenções de base, em que se aprovelem o programa e a composição proporcional em base ao peso de cada corrente.

As convenções de base são meios essenciais de atrair os ativistas independentes que assim podem se envolver nas discussões, na definição do programa e acompanhar a trajetória e posicionamento das correntes.

O Socialismo como expressão máxima da liberdade na sociedade e na Educação

Se a sociedade de classe surgiu devido ao avanço do trabalho humano e geração de excedente, que no entanto não era suficiente para todos, hoje esse não é mais o caso.

O capitalismo desenvolveu, ainda que de forma cada vez mais problemática, as forças produtivas e as conexões mundiais, de modo que o mundo hoje pode vir a ser uma sociedade unitária dos livres produtores associados, nas palavras de Marx. Vivemos um estágio da sociedade em que o trabalho alcança tal rendimento que é possível produzir tudo que é necessário para todos (não as necessidades artificiais criadas pelo consumismo), de modo que a luta diária pela subsistência deixe de ser o foco das preocupações humanas tal como tem sido até hoje. Assim, sobraria uma grande quantidade de tempo livre para que a humanidade pudesse avançar de fato para sua liberdade em todas as esferas. Mas, para isso, é preciso romper com a lógica do capital, enfrentando e derrotando as classes privilegiadas que, mesmo levando o mundo à destruição, não vão deixar o palco da história espontaneamente.

Terão que ser removidas pelos trabalhadores e demais setores oprimidos que, com sua revolução, também se alçarão como classe dominante, mas uma classe que implantará um sistema de máxima democracia, de modo a ir-se diluindo como classe no conjunto da nova sociedade igualitária mundial.

Essa igualdade não será de bens ou capacidades, mas aquela capaz de permitir o máximo desenvolvimento de cada um em benefício de todos.

Os trabalhadores, uma vez com a propriedade coletiva dos meios de produção, poderão ir superando a divisão hierárquica do trabalho, cada vez mais por uma divisão



horizontal das tarefas, nas palavras de Meszáros. Essa sociedade em que não mais haja antagonismo de interesses sociais e de classe, pode permitir a realização em comunidade sendo máxima, a repressão seja mínima, voltando novamente a se dar de modo espontâneo e apenas naqueles casos graves coletivamente.

A Educação pode deixar de ser dividida socialmente entre Educação dos explorados e dos exploradores, passando a ser unitária e livre como parte integrante da vida das pessoas, podendo haver espaços, momentos e procedimentos de maior dedicação, mas sem a prática do controle imposto, da hierarquia do saber, do confinamento e da repressão. Até lá, há um enorme caminho a ser percorrido, mas ter em mente onde se pretende chegar e alguns dos pontos no meio do caminho é fundamental para guarmos nossos passos.

Nunca é demais lembrar a tese de Marx sobre Feuerbach: "Os educadores também têm de ser educados".

Referências Bibliográficas

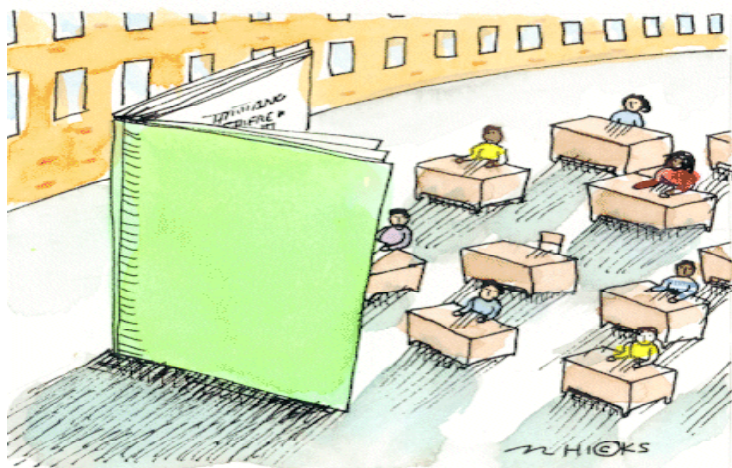
- ENGELS, Friedrich. *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*
- MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *Manifesto Comunista*
- MARX, Karl. *O Capital (Volume I)*
- MESZÁROS, István. *Para Além do Capital*
- PONCE, Anibal. *Educação e Luta de Classes*
- MESZÁROS, István. *Educação Para Além do Capital*
- Espaço Socialista. *Tese Educação Contra o Capital, apresentada no ENE (Encontro Nacional de Educação)*

A Educação Não Pode Ser Mudada no Capitalismo

Ivan Kopa, membro da direção do
Movimento Revolucionário Socialista (MRS)

Educação para poucos, para poder explorar muitos!

Historicamente, a ausência da educação ou sua privação ou restrição estiveram associadas a uma política consciente da classe dominante vigente, para impedir a maioria da população de poder se libertar, de se conhecer e se reconhecer como classe, força social e sujeito histórico. O conhecimento restrito e privatizado configura todas as sociedades baseadas na exploração, em que a minoria dirigente se apropria da cultura, da técnica, da instrução e do estudo, como reflexo da apropriação dos meios de produção de que desfruta e, aos explorados, recai a ignorância e a limitação completa do seu desenvolvimento,



seja econômico, cultural, cognitivo ou educacional.

Neste sentido, os antigos senhores feudais, a nobreza que os sucedeu – junto do clero, momento em que surgiram os primeiros sistemas e instituições educacionais primitivos – e a burguesia, por fim, sempre trataram de aprisionar a Educação junto de si mesmos, não podendo, via de regra, ser acessível à massa explorada. Desta forma, sempre existiu um paralelo entre exploração e privação da Educação; e entre pobreza e falta de estudo, conhecimento e cultura – no sentido amplo de instrução e escolaridade, mas também de vivência.

Ao “povo” sempre foi destinada uma vida embrutecedora, alienante e ignorante, de forma a perpetuar a exploração sem resistência, ou com ela atenuada pela miséria da consciência imposta aos escravos, servos, plebeus e, enfim, proletários.

É por isso que a Educação, à medida que é apropriada por outros setores e atinge camadas da classe explorada, notadamente a partir da vitória histórica da burguesia e da formação do moderno capitalismo, sempre foi vista com temor pela classe dominante e provoca, de fato,

instabilidades e auspiciosas possibilidades aos explorados, dotados, então, de uma nova “ferramenta” até então lhes negada e desconhecida: a Educação.

O capitalismo permitiu a universalização educacional

O advento do capitalismo como modo de produção superior, em que pela primeira vez a humanidade estabeleceu um sistema mundial de trocas e em que as forças produtivas se multiplicaram de forma fantástica, a ponto de haver abundância generalizada da produção até um limite de superprodução que vivemos há um século, permitiu também que outros prodígios pudessem se manifestar. Um deles é a expansão vertiginosa do acesso à Educação.

Em certa medida, esta “conquista à educação” se deu por conta das lutas dos trabalhadores, diante de um excesso de forças produtivas e de um poder real na produção e na geração de riqueza sob a forma de um proletariado massivo e atuante. A conquista ao direito à Educação foi obtida, guardadas as devidas proporções e contextos singulares, como o foram os direitos ao sufrágio universal, à redução da jornada de trabalho (que antes ultrapassava 16 horas diárias), à democracia burguesa representativa, à relativa liberdade de expressão e de imprensa, à liberdade de associação sindical e partidária, ao direito de greve, à reforma agrária (concluída em alguns países), etc.

Por meio de diferentes agrupamentos, uma gama imensa de conquistas foi obtida por causa da combinação de um modo de produção cujas forças produtivas ainda ascendiam, e uma classe trabalhadora motriz desta geração crescente de riquezas e cada vez mais organizada e em luta. Este período, que correspondeu à época reformista do capitalismo, há um século encerrada, em que a social-democracia ganhou amplas camadas da classe operária e dos proletários para seu programa, durou até a virada do século XIX para o século XX. Neste período, as reformas eram possíveis! E se davam na prática! Ainda que o reformismo, como concepção política, já fosse utópico, irrealizável e reacionário mesmo neste período.

Expliquemos... As bandeiras ou palavras de ordem ou consignas levantadas pelas camadas exploradas da população, expressas no proletariado, mas também na pequena burguesia rural e urbana, se manifestavam sob a forma de reivindicações que correspondiam, desigualmente combinadas: a) ao programa burguês de desenvolvimento (bandeiras democráticas); b) a um programa proletário passível de ser atendido ou mediado (bandeiras econômicas,

mínimas, parciais ou, simplesmente, reformistas); e c) bandeiras diretamente anticapitalistas (de transição ao socialismo), que só interessavam à classe trabalhadora e só poderiam ser atendidas no enfrentamento com a burguesia. Aqui, vamos deixar de analisar, pela abrangência deste artigo, as bandeiras de transição...

Entre as bandeiras democráticas, estavam contidas as tarefas que historicamente correspondiam à própria burguesia, como a eliminação da escravidão e a difusão do regime assalariado de produção; a reforma agrária como forma de mercantilizar a terra e colocá-la a produzir e servir como “negócio”; o regramento jurídico – formal, com leis “cidadãs” e igualdade formal jurídica; a separação do Estado da religião, com a laicidade, etc. Estas bandeiras fizeram parte da luta inicial da burguesia contra a nobreza e a aristocracia, constituindo uma primeira época de grandes avanços do capitalismo, e a maioria das medidas também interessava aos trabalhadores.

Diante do esgotamento do crescimento das forças produtivas no capitalismo, e da consolidação do proletariado como classe dinâmica e revolucionária, a burguesia abandona sua posição revolucionária diante do feudalismo/mercantilismo e fica impedida até mesmo de manter medidas progressivas, aliando-se à velha aristocracia, agora em posição subalterna e sendo assimilada pela burguesia no poder, contra os trabalhadores que as ameaçavam.

O resultado é a absoluta incapacidade de dar prosseguimento às medidas tipicamente burguesas e democráticas, que deixam de ser conquistadas em determinadas regiões e por determinados setores, permanecendo interrompidas e incompletas até hoje.

Entre as bandeiras econômicas, mínimas ou parciais, estavam a luta pela negociação do preço e das relações da força de trabalho e da mão de obra como mercadoria. Nesta seara, situam-se a luta pela redução da jornada, pela instituição de salários mínimos, direitos trabalhistas e previdenciários, liberdades trabalhistas, sindicais, etc. São bandeiras unicamente a serviço dos trabalhadores, que se chocam com a taxa de lucro capitalista, mas não necessariamente com a propriedade privada dos meios de produção nem com o estabelecimento burguês da sociedade.

Estas bandeiras puderam ser arrancadas da burguesia no período em que o capitalismo ainda crescia e em que a burguesia, embora já não fosse revolucionária e tivesse se

tornado conservadora e contrarrevolucionária, ainda navegava sobre mares de crescimento econômico, desenvolvimento produtivo e ampliação geral da riqueza. Assim, esta época, a 2ª do capitalismo, por isso chamada de reformista, proporcionou às lutas parciais ou econômicas dos trabalhadores serem, em boa dose, atendidas.

O fenômeno do reformismo, contudo, mesmo enquanto as reformas eram atendidas e tinham uma base social, econômica e histórica real, sempre foi uma teoria reacionária. Isto por que, mesmo quando a luta dos trabalhadores tinha força para arrancar conquistas dentro do capitalismo, isso se dava pelo fato do próprio capitalismo estar crescendo, o que permitia que parte do “banquete” de que se servia a burguesia pudesse deixar cair migalhas aos trabalhadores, sob a forma da melhora do seu nível de vida ou de seus direitos. Acreditar que isso ocorreria indefinidamente, contudo, sempre foi ou uma ilusão capitalista e anti-histórica de crescimento

inesgotável deste ou de qualquer modo de produção baseado em classes sociais; ou, pior ainda, era uma concepção também anti-histórica e oportunista de pretender acabar com o capitalismo, porém por dentro dele mesmo, gradualmente, por meio de reformas infinitas e que conduziram ao socialismo; sem revolução, sem confronto, sem a tomada do poder.

Assim, a crença de que a reforma agrária não realizada, as liberdades não concedidas, a libertação nacional não obtida e a Educação não fornecida, um dia, ainda poderiam ou poderão ser conquistadas no capitalismo é uma concepção reformista ilusória, irracional e francamente contrarrevolucionária. Já no era quando a estagnação e crise histórica e estrutural do capitalismo eram previsíveis, mas ainda não tinham se dado, no século XIX; mas se torna ainda mais inaceitável após a transformação do capitalismo em capitalismo

imperialista, sua 3ª e atual época, baseada em superprodução, monopólios, fusões, concentração brutal de capital, superexploração, supressão de qualquer concessão e crises inesgotáveis, associadas a cada vez mais guerras e revoluções. A Educação, neste sentido, constituiu-se em mais uma bandeira democrática, daquelas que inicialmente corresponderam ao programa da própria burguesia e que atendia a um interesse dela mesma enquanto classe, além de corresponder a uma bandeira proletária, evidentemente. Ambos, burguesia e proletariado, arrancaram a Educação à Igreja e ao clero, assim como da nobreza. Tal como nas demais demandas classificadas como “democráticas”.

Por outro lado, o capitalismo também passou a necessitar de uma classe trabalhadora melhor instruída ou simplesmente instruída. A substituição da produção artesanal, caseira, pequeno-burguesa, de tecelões, sapateiros, pequenos produtores rurais e urbanos, passa à manufatura e à grande indústria. Pequenos capitalistas ou



produtores de subsistência são convertidos, massivamente, a proletários assalariados, empregados de grandes capitalistas. Operando máquinas modernas, tendo que se adequar a uma produção coletiva, que mais tarde viria a ser em série, e cuja complexidade muito maior gerava mais produtividade, mas também passou a exigir maior domínio da técnica e maior instrução.

Assim, por uma conjunção de fatores que incluem a explosão de descobertas científicas e a ampliação gigantesca do conhecimento geral à disposição da humanidade, as lutas proletárias com poder ainda de obter conquistas e o próprio interesse capitalista de ter empregados que soubessem ler, somar, subtrair e compreender o funcionamento da produção – restrito à produtividade, é claro, e não dos mecanismos de exploração e apropriação da produção nela contidos –, levou à universalização da educação.

Esta universalização nunca se deu sem contradições nem desigualdades. Os filhos dos ricos seguiam sendo os únicos a frequentar universidades, por exemplo, e os pobres passavam essencialmente a aprender as operações matemáticas, a ler e escrever e a receber o doutrinamento escolar ideológico burguês. Ainda assim, todavia, esta universalização foi uma conquista dos trabalhadores, por mais limitada e precária que sempre tenha sido.

Como a própria produção coletiva em grandes fábricas, o fim da escravidão em larga escala, a urbanização massiva e a mundialização da produção, das trocas e das comunicações, a Educação universal é um elemento capitalista de aumento da produção, base do modo de produção capitalista. Mas a Educação, como todos os outros elementos citados, também é uma conquista proletária e que lhe serve de ferramenta para destruir o próprio capitalismo! Mais um exemplo de que o capitalismo cria seus próprios coveiros, os proletários, e de que suas contradições o levarão ao seu fim, do qual não pode se esquivar, pois ele cresce exata e somente aumentando estas mesmas contradições.

No entanto, a inversão da correlação de forças entre as classes, que tem como data símbolo o ano de 1848, onde revoluções burguesas radicais tiveram pela primeira uma participação proletária ativa – na chamada Primavera dos Povos – colocou a burguesia na defensiva e ela, a partir destas lutas, passa a temer muito mais perder seu poder já conquistado para os trabalhadores, do que desejar ampliar seu poder contra a aristocracia. O resultado disso é uma súbita interrupção de uma série de avanços da burguesia sobre a herança feudal e aristocrática e um controle quase absoluto do conteúdo de cada uma das reformas que ainda prosseguiram. E a Educação, que

ainda se amplia, tendo sempre sido reflexo e controlada pela classe dominante, se torna ainda mais um instrumento de coerção ideológica, domesticação e cooptação política e intelectual. Além de ser concentrada sob os aspectos meramente produtivos da instrução e escolaridade, voltando a mão de obra para o mercado de trabalho capitalista.

O direito à Educação, portanto, assim como as demais reivindicações proletárias, passa a enfrentar um sério obstáculo na própria existência do capitalismo, que deixa de ser capaz de cumprir até mesmo com tarefas inicialmente compatíveis com seu modo de produção, ou mesmo que o beneficiava, em razão do risco destas “concessões” se voltarem contra a própria existência do capitalismo.

Hoje em dia, ainda que tenhamos vivenciado um novo aumento generalizado da escolaridade, não mais no sentido restrito da alfabetização praticamente universal, mas incluindo a formação de nível fundamental e médio, chegando mesmo a ampliar bastante o ensino superior; nada destes avanços ocorre de forma livre, emancipatória ou atendendo algum anseio popular. A Educação técnica é a que drena a maioria dos jovens, que vai aprender a operar uma máquina alemã ou estadunidense, mas não vai ler nenhum livro, refletir sobre nada nem sequer desenvolver o raciocínio, a lógica, o questionamento, a criticidade, as artes, o gosto pela ciência.

Para além da Educação meramente técnica capitalista, que forma “robôs humanos” operadores de máquinas, o ensino fundamental e médio virou uma grande linha de montagem em que a aprovação automática, um currículo precário e péssimas condições de trabalho aos educadores e de ensino em geral, incluindo a infraestrutura e a própria condição de vida dos alunos, faz com que se aumente a escolaridade sem praticamente aumentar a Educação! Não se tem mais conhecimento nem melhor domínio da linguagem, das ciências e da compreensão cognitiva e do mundo! Só se tem mais diplomas!

O ensino superior, então, é uma grande farsa e uma armadilha: a burguesia o amplia por meio de cursos privados, sustentados pelo dinheiro público e por mensalidades suadas de estudantes pobres, tornando rentável a “mercadoria Educação” e oferecendo um “produto” aos alunos/consumidores que é lamentável, servindo apenas para acessar um concurso de nível superior ou obter um emprego que pague R\$ 500 a mais; depois de 4 ou 5 anos estudando a uma mensalidade destes mesmos R\$ 500 por mês, no mínimo!

Toda esta limitação da Educação no capitalismo, que pode até aumentar as matrículas e dados estatísticos, mas prossegue incapaz de aumentar efetivamente a disponibilidade do conhecimento (pelo perigo que isso representa e pela sua incapacidade financeira/estrutural, de capitalismo imperialista em crise) fazem com que, ao lado da mediocridade geral da Educação, ainda convivam fantasmas pré-capitalistas, como o próprio analfabetismo. Pela última pesquisa da PNAD, referente ao ano de 2013, ainda há 8,5% de analfabetos completos no Brasil e são cerca de 18% os analfabetos funcionais.

Estes dados, não por acaso, são próximos da parcela brasileira em desemprego crônico (o chamado desalento, quando já nem mais se procura emprego), cuja boa parte se converteu em lumpen proletariado ou vive de programas assistenciais indefinidamente, à margem da produção, não sendo mais nem empregados nem desempregados em busca de emprego (que pressionam a massa salarial).

Ou seja, a humanidade provavelmente ainda conviverá décadas ou séculos com pessoas que não dominam sequer a linguagem escrita, uma conquista de milhares de anos de nossa espécie, no sentido da comunicação, organização e sociabilidade. Assim como o capitalismo não extingue os preconceitos mais vis, algumas formas remanescentes de escravidão, as guerras mais atrozes e a miséria mais absoluta, tampouco o obscuratismo e a ignorância dos sinais alfabéticos e numéricos será extinto sem que se elimine o capitalismo. A falta da Educação é um mal intrínseco a um modo de produção que já deixou de andar para a frente e aponta cada vez mais para trás!

Imperialismo: fase superior do capitalismo. Época de crises, guerras e revoluções

O modo de produção capitalista cresceu incomensuravelmente, tanto e tão rápido que nunca antes, na História mundial, algo sequer parecido tinha ocorrido. Seu crescimento acelerado, porém, lhe trouxe crises de forma prematura, também. Tudo pelo qual os modos de produção anteriores passaram, o capitalismo também passou e passa, mas de forma mais dramática, acelerada e violenta.

Romper com as contradições herdadas de um modo de produção anterior, assistir a uma nova classe dominante e exploradora

tomar o poder e impor outras relações de produção e de dominação (superiores), e desenvolver-se até um ponto em que ela mesma – nova classe dominante – e suas novas relações de produção se tornavam empecilhos e contradições para o prosseguimento da marcha das forças produtivas e do aumento da riqueza (econômica, social, científica, histórica...)... Esta é a dinâmica da sociedade de classes, até que se construa uma sociedade baseada na igualdade, fim das classes e do próprio Estado, como produto de forças produtivas já suficientemente desenvolvidas e fartas que permitam a riqueza de todos.

No capitalismo, este ciclo chegou a sua época derradeira no começo do século XX, do que dão provas as 1ª e 2ª Guerras Mundiais, a crise de 1929, a ascensão nazi-fascista etc. Desde este período, o capitalismo simplesmente não tem mais nada a oferecer. Qualquer concessão que tenha que aceitar fazer é um golpe duro no seu próprio coração, de um corpo que já é incapaz de crescer. Por isso, o capitalismo nesta época decadente só consegue avançar sua taxa de lucro e capital à medida que expropria ainda mais a riqueza do trabalho dos proletários e expropria até mesmo seus membros, com burgueses falindo e sendo “comprados” por outros burgueses, num processo frenético de fusões, oligopolização e superconcentração de capital.

O imperialismo é a forma mais profunda deste processo de esgotamento, em que as soberanias e independências nacionais são agredidas ou suprimidas e passa a haver um punhado de grandes burgueses mundiais explorando de forma cada vez mais uniforme todos os proletários do mundo todo.

Esta “solução” autofágica e truculenta do capitalismo, de eliminação dos burgueses mais frágeis e de massacre sobre a classe trabalhadora, porém, se volta contra ele mesmo, e por isso há cada vez mais guerras e revoluções, reações às crises, que também proliferam sem parar, no “tripé” característico do imperialismo: crises, guerras e revoluções.

De toda forma, o que fica claro é que, se as reformas capitalistas já eram uma realidade provisória, efêmera e limitada no século XIX, no século XX elas viraram miragem e deixaram de ser possíveis.

Não há como reformar mais nada de importante no capitalismo e, mesmo as questões mais simples e aparentemente pequenas, precisam da revolução para poder romper o bloqueio da burguesia imperialista e do capitalismo. Por isso, acreditar em “melhorar” a Educação, sem preparar a tomada do poder, de forma violenta contra a violência capitalista, não passa de uma ilusão.

A Educação não pode ser popular, emancipatória ou livre no capitalismo

A educação, mesmo que ainda pudesse avançar substancialmente no capitalismo, nunca deixaria de ser burguesa e opressora, pelo simples fato de estar sob o capitalismo. Mas ela sequer pode, mais, crescer substancialmente. Na verdade, o que ela tem de qualidade está sob ameaça de ser retirado, assim como os demais direitos dos trabalhadores conquistados ao longo de décadas e que estão sendo suprimidos!

Mas é mais profundo do que isso. A sociedade pode ser melhor entendida quando consideramos as categorias de estrutura, infraestrutura e superestrutura. Sem podermos desenvolver mais este tema num breve artigo, a infraestrutura corresponderia, a grosso modo, às forças produtivas e ao modo de produção vigentes, que tendem a se compatibilizarem; sendo que, quando isso não ocorre, surge o elemento objetivo primordial de uma revolução. É o que vivemos hoje, com forças produtivas represadas pelo modo de produção capitalista, que as desenvolveu, mas precisa ser destruído para permitir que elas sigam se desenvolvendo mais.

A estrutura corresponderia às classes sociais em luta, havendo, hoje, a burguesia como classe dominante e o proletariado como classe explorada fundamental, a qual se soma a pequena burguesia, também explorada, em geral, mas incapaz de ser o sujeito social da revolução que atacará o capitalismo. A estrutura também é determinada e determina a infraestrutura, sendo a burguesia a classe que domina o capitalismo e que o defende a todo custo, armada até os dentes, mas também com “armas” de outros tipos, como a Educação.

E há a superestrutura, que, num Estado burguês, sob o capitalismo (infraestrutura) será sempre burguesa, pois corresponde à classe dominante burguesa (estrutura). Isso significa, em bom português, que “a ideologia de uma sociedade é a ideologia de sua classe dominante”, como escreveu Marx n’A Ideologia Alemã. O Exército sempre será burguês no capitalismo; a Justiça sempre será burguesa; um Governo sempre será burguês; a polícia sempre será burguesa, a imprensa sempre será burguesa e a escola e as universidades sempre serão burguesas!

Querer construir escolas e uma educação proletárias no capitalismo é tão ingênuo e contrarrevolucionário como querer construir um exército proletário oficial e regular no capitalismo.

A Educação proletária, assim como comitês de autodefesa, milícias e até um embrião de Exército proletários só podem aparecer sob formas muito parciais, locais e provisórias no capitalismo, em algum momento de crise aguda e por pouco tempo, como antevisão do que se poderá constituir após a revolução proletária! Antes

da revolução, porém, sempre a forma amplamente com supremacia será a burguesa. Todas as instituições que compõem o Estado, no capitalismo, seguem os interesses burgueses e nada nem coisa alguma pode evitar isso.

Estas instituições, que são parte da superestrutura concreta (a abstrata envolve a ideologia, a consciência, etc.) e integram o Estado (também ele superestrutura concreta), só podem dar lugar a algo novo se forem destruídas! Não há reforma possível que as fizessem mudar de caráter, e nunca houve esta possibilidade. Na época imperialista, então, só se pode retroceder ainda mais!

Por isso, ainda que pareça uma ideia radical – para o que colabora a esquerda hegemonicamente reformista – a Educação que temos hoje precisa ser sumariamente destruída, tanto como o Exército, a Justiça, o Congresso e o que mais sustenta o capitalismo.

Destruir a Educação capitalista não significa bombardear os prédios das escolas, como destruir as Forças Armadas não significa executar os proletários que lhes servem de soldados. Mas assim como não é possível “ganhar por dentro” as Forças Armadas e convencer a maioria de seus soldados a construir outro exército dentro do capitalismo, é impossível promover uma educação libertadora “por dentro” da educação capitalista. Os que tentam fazer isso, apesar de sua ótima intenção, não fazem mais do que “enxugar gelo”. E o gelo da Antártida toda!

Qualquer ministro, secretário da educação ou assessor de coisa nenhuma tem mais poder (no sentido formal, obviamente) que todo um movimento de décadas de professores que, por meio de seus simpósios, seminários, debates, discussões, teses e grupos de estudo, tenham formulado e elaborado todo um mundo novo. Todas as “novas práticas” e teorias são pulverizadas a um estalar de dedos de um grupo de parlamentares que resolva mudar todo o currículo, a carga horária ou a estrutura da Educação. Não é possível enfrentar a burguesia com sucesso em seu próprio terreno.

E a Educação, no capitalismo, não é neutra nem um “território livre”. Ela é burguesa, inimiga dos trabalhadores e impossível de ser disputada. Ela precisa ser destruída e reconstruída sob a perspectiva socialista e comunista, como parte da edificação de uma nova sociedade a partir da tomada revolucionária do poder.

Este sim é o terreno dos trabalhadores, da Educação e no geral: o terreno das ruas e da ação direta, com greves, ocupações, manifestações e, como desfecho único e indispensável para mudar até mesmo o mínimo que seja, a revolução proletária.

O papel dos professores, alunos e servidores é fazer a revolução junto aos demais trabalhadores, estudantes e explorados em geral

Como em todos os aspectos, os revolucionários também devem ser os maiores defensores das reivindicações parciais, econômicas e democráticas na Educação. A vida dos trabalhadores depende de fato destas lutas, para ganhar mais 10% de salário num ano, um aumento do vale-refeição, por mais concursos, pela remuneração das horas de preparação das aulas e correção de provas etc. É preciso defender com unhas e dentes cada bandeira a ser conquistada da nossa pauta e cada reforma que se possa arrancar. Assim como lutar até a morte contra qualquer ataque que venha ameaçar as conquistas já existentes.

Mas isso vale para a Educação e para todo o resto: lutamos por cada reforma, mas sabemos que elas, ou não serão obtidas, ou não durarão muito. Não deixamos de lutar por elas mesmo assim! Seja por que são o que determina se um trabalhador vai poder pagar a conta da luz e comer no fim do mês, ou não; seja por que, ao lutar pelas reformas que não se conquistarão, fazemos avançar a consciência dos trabalhadores, por meio de sua ação de luta e da experiência de ver o capitalismo não atender nada.

Assim, é fundamental brigar pelos 10% do PIB na Educação pública; pela estatização do ensino como um todo, sem indenização; pela erradicação do analfabetismo; pela universalização do ensino superior e de todos os níveis; pelo passe livre; por um ensino integral e politécnico controlado pelos trabalhadores; pelo piso do Dieese (R\$ 3 mil) aos educadores por jornada de 20h. É preciso lutar, seriamente e com todas as nossas forças, por cada uma destas reivindicações e tantas outras mais.

Seja pela própria sobrevivência e dignidade dos trabalhadores e alunos; seja para mostrar, por meio de nossas exigências, os limites intransponíveis do capitalismo, e poder denunciar este sistema e organizar a luta contra ele.

Entretanto, a grande tarefa, sabendo-se que, por mais que se lute, nada vai mudar para melhor sob o capitalismo, é fazer da sala de aula um campo de recrutamento de revolucionários, de propagação do pensamento crítico, da instigação à luta, da propaganda e agitação revolucionárias!

É claro que isso precisa ser feito de forma tática, pois o professor é empregado do Estado e da burguesia,

portanto, e sua liberdade é mínima ou, ao menos, limitada. Mas é a esta estratégia que os educadores devem se dedicar: ajudar a unir a classe proletária, e a seus filhos, sob uma mesma luta, contra o capitalismo e a própria escola, que é de uma violência brutal contra professores, funcionários e alunos, seja literalmente falando, seja metaforicamente.

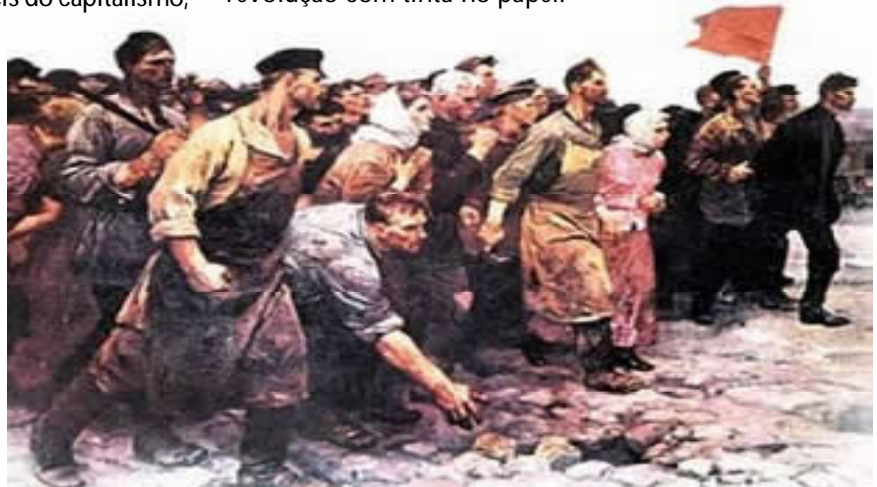
Há depredação, vandalismo, abandono, evasão e descaso com a escola porque pouco ou quase nada dela deve, realmente, ser defendido. Devemos mostrar que esta escola tampouco nos serve e nos representa, e que nosso objetivo é destruí-la, mas não por meio de quebra de vidraças, riscos nos banheiros ou agressões mútuas, mas nos unindo em torno do fim da escola como instituição burguesa, reprodutora de uma sociedade de classes, opressora, repressora, prisional, preconceituosa, castradora, violenta e alienante.

Esta batalha deve ser dada todos os dias, mas sem perder o horizonte de que são batalhas a serviço de uma guerra: a luta pela tomada do poder. Neste sentido, concepções como as de Antonio Gramsci, a quem a luta em sociedades não abertamente ditatoriais, sob a democracia burguesa, deveria passar especialmente pela “conquista da sociedade civil”, por meio de intelectuais, formadores de opinião, da construção de grupos ideologicamente influentes e comprometidos com o socialismo, até se obter uma nova hegemonia; tudo sem a tomada do poder (no campo da sociedade política, como ele trata), é mais que ilusão: é um desserviço à revolução.

“Afora o poder, o resto é ilusão”, disse Lênin.

A nova Educação só virá em uma nova sociedade. Nada de bom nos reserva o capitalismo e de nada serve a nobre função de educador se não estiver o tempo todo a serviço de construir esta nova sociedade. Que se fará com lápis, giz, livros e cadernos, mas que não pode existir sem greves, ocupações, fuzis e força.

Para quem educa, saber aprender as lições é fundamental. A História já nos deu várias. E não se faz revolução com tinta no papel!





A NECESSIDADE DE SUPERAÇÃO DA EDUCAÇÃO
E DA DIVISÃO DO TRABALHO CAPITALISTA

EDUCAÇÃO E A ATUAL CRISE DO CAPITAL

O SENTIDO DA POLÍTICA EDUCACIONAL NA
CONTEMPORANEIDADE

CURRÍCULO EMPRESARIAL, AVALIAÇÕES
EXTERNAS, MERITOCRACIA...

AS CONSEQUÊNCIAS SOBRE O TRABALHO DOCENTE
E A EDUCAÇÃO PÚBLICA

A REPRESSÃO NAS ESCOLAS E UNIVERSIDADES
E SUA SUPERAÇÃO

A EDUCAÇÃO NÃO PODE SER MUDADA
NO CAPITALISMO

Buscamos contribuir para a compreensão e enfrentamento ao Projeto Educacional do Capital e sua aplicação no Brasil, particularmente na Educação Pública. O desafio é acumularmos conhecimento teórico-prático em que os movimentos dos trabalhadores em Educação, alunos, pais e demais categorias possam se apoiar em suas lutas por um outro Projeto Educacional sob controle e que atenda as necessidades dos trabalhadores e de seus filhos.